



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Administração

JOSÉ LOURENÇO VIEIRA NETO

**A Educação na formação dos futuros administradores:
Uma análise dos princípios da Educação Ambiental nas
Universidades Públicas do Centro-Oeste.**

Brasília – DF

2017

JOSÉ LOURENÇO VIEIRA NETO

**A Educação na formação dos futuros administradores:
Uma análise dos princípios da Educação Ambiental nas
Universidades Públicas do Centro-Oeste.**

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Leonardo S. Conke

Brasília – DF

2017

JOSÉ LOURENÇO VIEIRA NETO

**A Educação na formação dos futuros administradores:
Uma análise dos princípios da Educação Ambiental nas
Universidades Públicas do Centro-Oeste.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do aluno.

JOSÉ LOURENÇO VIEIRA NETO

Leonardo S. Conke
Professor-Orientador

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo buscar entender como os currículos do curso de administração de empresas estão abordando os princípios e objetivos da Educação Ambiental. O foco do trabalho está inteiramente conectado com o tema emergente que é relação homem e Meio Ambiente. Há vários motivos que nos leva a refletir sobre essa relação constante com a natureza, pois atualmente temos uma responsabilidade enorme sobre o meio que nos cerca. Nesse sentido, atendendo-se essa necessidade no campo do ensino, acreditando que a educação pode ser um instrumento e meio para o futuro, busca-se neste trabalho a análise da matriz curricular, dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPCs e das Ementas dos cursos de administração de empresas, das Universidades Públicas Federais e Estaduais do Centro-oeste. Para que se entenda como esses Programas Pedagógicos compreendem a inserção da Educação Ambiental no curso de administração. Tentado compreender um pouco qual a concepção e a possibilidade do tanto discutido Desenvolvimento Sustentável. Com os documentos referidos nas mãos, buscou-se as possíveis conclusões para que se pudesse antever qual a condição das estruturas curriculares de ensino superior para o atendimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental na formação do Administrador ou Gestor. Quanto de carga horaria é destinado a certo tipo de disciplinas e onde se encontra a distribuição de horas para a gestão ambiental? Qual o peso desse tema no total de disciplinas? Quando existe a Educação Ambiental como ela é apresentada ou integrada à grade curricular? . Serão objetivos que este trabalho procurou atender tendo como relevante a Educação Ambiental para as atividades empresariais.

Palavras Chaves: Currículo, Educação Ambiental, Gestão Ambiental, Princípios da Educação Ambiental, Sustentabilidade, Projeto Político Pedagógico, Administração, Ensino Superior.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios da Educação Ambiental.....	18
Quadro 2 – Princípios da Educação Ambiental.....	27
Quadro 3 – Desafios para a inserção da temática ambiental em cursos de Administração.....	29
Quadro 4 – Classificação das disciplinas.....	41
Quadro 5 – Classificação das disciplinas dos cursos de Administração das Universidades públicas e a carga horária total.....	42
Quadro 6 – Quantidade dos Conteúdos de Formação dos Cursos de Administração	45
Quadro 7 – Análise das disciplinas Básicas.....	46
Quadro 8 – Análise das disciplinas Profissional.....	48
Quadro 9 – Análise das disciplinas de Estudos Quantitativos.....	49
Quadro 10 – Análise das disciplinas Complementares	50
Quadro 11 – Disciplinas de Gestão Ambiental Oferecidas pelas IES.....	51
Quadro 12 – Disciplinas que abordam a temática Educação Ambiental com classificação variada.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Listagem de disciplinas de cada universidade.....	39
Tabela 2 - Classificação das disciplinas.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCNs - Parâmetros curriculares Nacionais

EADS - Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

PDCA - Plan do Check Action

SGA - Sistema de Gestão Ambiental

CMMAD – Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

IES – Instituições de Ensino Superior

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	13
2.1.2 O que é Educação Ambiental?.....	15
2.1.3 Princípios da Educação Ambiental.....	18
2.1.4 Contribuições da Educação Ambiental.....	20
2.2 CURRÍCULO NO ENSINO SUPERIOR.....	21
2.2.1 A Interdisciplinaridade e Transversalidade na Educação Ambiental.....	21
2.2.2 A inserção da Educação Ambiental no ensino superior.....	23
2.2.3 Política Nacional de Educação Ambiental.....	25
2.2.4 Diretrizes curriculares para o Nível Superior.....	26
2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.....	27
3. METODOLOGIA	37
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
5. CONCLUSÕES	57
6. REFERENCIAL	61

1. INTRODUÇÃO

Evoluímos à conta de muito esforço, durante milênios geramos conhecimentos profundos sobre tudo que nos cerca, e com isso as nossas relações sociais se transformaram, se modificaram incontáveis vezes. E a nossa relação não só social com indivíduos ao nosso redor, mas nossa relação com o meio mudou por completo, o meio descrito como a terra, o sistema ecológico, as águas, tudo que nos possibilita a vida, o nosso Meio Ambiente. Nosso conhecimento profundo sobre o meio, com seus mananciais de recursos, possibilitou a transformação da nossa forma de viver, pois tiramos desse meio os modos de vida mais luxuosos e também o mais arriscado. Começamos a produzir e a consumir em larga escala, surgiu a indústria e sua revolução industrial. Desenfreadamente atacou-se o sistema ecológico sem nenhum receio, pois a indústria e suas tecnologias de produção também evoluíram, na capacidade de explorar os recursos não renováveis. Poluentes químicos, gases poluidores, resíduos sólidos e até poluição radioativa passaram a ser vocabulário recorrente nos noticiários e no cotidiano da vida moderna. Caracterizando o que (Ulrich Beck, 1992) chama de sociedade de risco, a multiplicação dos riscos ambientais e tecnológicos de graves consequências, parece que quando mais crescemos no modo de viver, mais os riscos se agravam nesse sentido. E o que fazer para transformar esses riscos ambientais? (BECK; GRANDE, 2010 apud JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011)

O Ambientalismo crescente após a segunda guerra mundial, advindo das pressões sociais que surgiram logo após o surgimento de uma economia estável que privilegiava o consumo. As conferências para ratificar a Proteção internacional da natureza e importantes tratados de ecologia passaram a abordar temas relativos às consequências das atividades humanas sobre o ambiente. Esse contexto ideológico iniciado desde as décadas de 50 e 60 foram marcadas por um intenso ativismo público que influenciou o ambientalismo, (PELICIONI, 2005).

Um dos fatos que alimentaram a busca para se pensar a relação Homem e Meio Ambiente, deu-se das ameaças decorridas pelos testes atômicos no pós-guerra. As 423 detonações nucleares realizadas no período entre 1945 e 1962 pelos EUA (271), URSS (124), Grã-Bretanha (23) e França (5), tornaram-se alvo de preocupação pública em virtude das consequências dessas detonações. A quantidade de partículas espalhadas pelas explosões contaminava oceanos e

comunidades próximas as regiões de testes, gerando uma problemática ambiental e social preocupante, (PELICIONI, 2005).

Não somente esses fatos do comportamento humano começaram a ser ameaças ao equilíbrio ecológico do planeta, mas também o modo de vida sustentado por esta sociedade contemporânea, em que o modelo de desenvolvimento vem impactando o ambiente natural, com consequentes problemas para a vida de inúmeros habitantes, (LUZZI, 2005). Os padrões de produção e consumo da sociedade com um patamar tecnocientífico aprofundado, vêm sendo capaz de interferir profundamente nos mecanismos reguladores da biosfera. As atividades industriais iniciaram problemas de poluição ambiental em virtude dos despejos de poluentes químicos no meio ambiente, como emissões de gás carbônico e de milhares de outros, acúmulo de lixo tóxico que resultam em alterações no efeito estufa, destruição da camada de ozônio, chuvas ácidas, dentre outros, assim como o esgotamento de recursos não-renováveis, tudo resultado dos padrões de industrialização vigente principalmente nos países desenvolvidos, (FRANCO, DUCK, 1998).

Nesse contexto, de perceber um quadro histórico existente da ação do Homem na Natureza, em que pode-se listar os crescentes fatos sobre problemas ambientais resultantes das atividades humanas. Isto nos remete a uma reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea, (JACOBI, 2003). Essa reflexão não é possível sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento, (LEFF, 2001 apud JACOBI, 2003).

A mudança dos sistemas de conhecimento pode ocorrer com a ajuda da Educação Ambiental, que passa a assumir uma função transformadora, em que a coresponsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental advindo das atividades humanas mencionadas. Mas ela ainda não é suficiente, mas se converte em mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas. O educador pode ser o mediador na construção de referenciais ambientais, sabendo

usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza. A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento. Chamando o indivíduo e toda a sociedade em suas diversas instituições, a refletirem seus valores e atitudes em relação ao Meio Ambiente. O indivíduo responsável pelo agravamento dos problemas ambientais ou responsável e motivado a mudar de forma positiva seus hábitos em relação ao meio, (JACOBI, 2003).

A Educação ambiental deve estar presente em todos os níveis educacionais, do básico ao superior, de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, (ProNEA, 2014). A Educação Ambiental proposta neste trabalho será voltada à aplicação curricular e práticas no Ensino Superior, mais especificamente nas Universidades do Centro-Oeste.

Antes de abordar o objetivo geral, é importante mencionar a Carta Brasileira de Educação Ambiental, essa carta foi resultado de um workshop Paralelo a RIO-realizado pelo Ministério da Educação e da Cultura. O importante desta carta está no que ela propõe. Ela sugere que o MEC, em parceria com Instituições de ensino superior (IES), definissem metas para inserção articulada da temática ambiental nos currículos, inaugurando um marco da implantação da Educação Ambiental no 3º grau.(APARECIDO, SHUVARTZ, PARANHOS, 2008).

Recomenda-se que haja uma integração, entre as instituições não governamentais, o estado e as IES, para que unem esforços para tornar a Educação Ambiental viável as estruturas curriculares e práticas pedagógicas dos cursos de nível superior. Realização de grupos de atuação que busquem a realização desses objetivos descritos na carta, junto a todos os atores-chaves envolvidos. Recomenda-se que o MEC tenha diretrizes complementares aos documentos existentes sobre a Educação Ambiental e que orientem as delegacias estaduais (DMEC) e que as políticas formuladas externem o desejo do governo de defesa da escola pública em todos os níveis, (MEC-RIO 92, 1992). Também recomenda-se que sejam alcançados os marcos internacionais para a Educação Ambiental. Que os reitores de todas as universidades assumam o compromisso com a implantação da dimensão ambiental nos diferentes cursos (MEC-RIO 92, 1992).

Como pode ser visto a importância da inserção da Educação Ambiental no nível superior, como descrito na carta, isso fortalece a necessidade de definir o objetivo geral proposto para este trabalho e buscar a resposta aos questionamentos a cerca do tema. Tem-se como objetivo geral a **“Identificar os princípios da Educação Ambiental na oferta curricular dos cursos de Administração das Universidades Públicas do Centro-Oeste”**. Nessa perspectiva tem-se como objetivos específicos, que ajudarão a construir um caminho que atenda ao objetivo geral.

Os objetivos específicos são:

- 1 - Identificar quais são os princípios fundamentais que formam a Educação Ambiental;
- 2 - Análise das propostas curriculares para a inserção da Educação Ambiental no ensino superior;
- 3 – Identificar práticas existentes em IES voltadas a educação ambiental e como são realizadas;
- 4 - Pesquisar como a Educação Ambiental está presente nos parâmetros curriculares das Universidades;
- 5 - Pesquisar como a Educação Ambiental está inserida na grade curricular;

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os anos 60 foram marcados por movimentos ambientalistas que promoviam um novo pensamento sobre a relação entre ambiente e sociedade. Pensamentos em relação a sociedade, em particular sobre o ambientalismo. Movimentos como “Os hippies, a explosão do feminismo, o movimento negro, o pacifismo, a liberação sexual, as drogas, o rock-and-roll, as manifestações anti-guerra, a corrida armamentista/nuclear e anti-Vietnã” (CASCINO, 1999). O movimento de maio de 68 marcou esse processo, chamado de "barricadas do desejo", em Paris jovens reivindicavam um planeta mais azul, libertando os indivíduos de suas amarras sociais. Outros acontecimentos surgiram nesse tempo que chamavam o homem para um questionamento da sua relação ao meio ambiente, dando início a proposta de construir os princípios da Educação Ambiental (MATOS apud CASCINO, 1999).

Um dos primeiros documentos que discute as questões ambientais, a relação entre “produção e consumo”, foi titulado "Limites do Crescimento". Discutia a capacidade do planeta de renovar suas reservas e de não ser capaz de acompanhar o crescimento desproporcional, as riquezas abundantes versus a pobreza crescente, bem como todas as questões ambientais e sociais (CASCINO, 1999).

Na ECO 92 estavam presentes os representantes dos países desenvolvidos, esse contexto estabeleceu um marco para o discurso ambiental, mostrando a grande necessidade de atender a um desenvolvimento integrado entre homem e natureza. A percepção urgente do desenvolvimento sustentável emergiu nesse momento. O interesse crescente em defender e discutir o meio ambiente enriqueceu o debate da ECO 92 e possibilitou diversos encontros anteriores para estabelecer a pauta de debate da ECO. Anteriormente a ECO 92, a existência de ONGs ativistas na defesa ao meio ambiente saltou de 400 para 700 de 1985 a 1989, e o debate ambientalista se tornou fator importante em qualquer dimensão política das pautas internacionais (PESQUISA NACIONAL ISER apud CASCINO, 1999).

A Educação Ambiental surge paralelamente a essas discursões, em meio a novas formas de se entender as organizações e seu dinamismo competitivo. Percebeu-se a necessidade de se estabelecer parâmetros novos para a educação voltada ao meio

ambiente, adequando a cultura, a educação e a toda análise crítica de preservação e interpretação das organizações modernas (CASCINO, 1999).

Como diz Fabio Cascino sobre a educação ambiental como necessidade ao ambientalismo:

A educação, obviamente, não escaparia a esse processo, práticas de educação ambiental muito ricas avolumaram-se e disseminavam por toda parte. Desde de 68, passando por 72, 77, 87 e 92, tem se verificado a preocupação de se discutir novas referências culturais, novas leituras das relações humanas, novas estratégias para alterar formas de convivências e construção de relações. (CASCINO, 1999, pag. 43)

As bases da Educação ambiental foram marcadas por trabalhos de ampla dimensão, realizado pela primeira ministra da Noruega, Sra. Gro Brundtland, hoje diretora da OMS. Ela reuniu um grupo de experts e elaboraram a "redação do relatório mundial. Analisando as principais questões sobre meio ambiente e desenvolvimento", publicado como "Nosso Futuro Comum". Esse trabalho foi indicado pela ONU e serviu de referência para as principais conferências e fóruns que ocorreram sobre meio ambiente e educação ambiental. Participaram do trabalho especialistas de diversas áreas, focaram na necessidade da interdisciplinaridade (CMMAD apud CASCINO, 1999).

Junto a Educação Ambiental, entre 1989 a 1997 aconteceram 4 fóruns, I – Fórum de Educação Ambiental; o II – Fórum, pré Eco – 92, em abril de 1992; o III – Fórum, na PUC – SP, em agosto de 1994 e o IV – Fórum, 5 e 8 de agosto de 1997, em Guarapari, Espírito Santo. Tinham como objetivos discutir novas concepções de cidadania, construir uma visão humana para a ação coletiva e participativa. A Educação Ambiental voltada para a construção desse pensamento como legado para as futuras gerações. A concepção de rede de cooperação nascida nesses encontros possibilitava através de meios diversos a interação entre educadores já empenhados no movimento ambientalista com novos interessados, formando a rede de cooperação (SORRENTINO 1997 apud CASCINO, 1999).

Durante a realização da ECO-92, o "fórum internacional das ONGs, na Jornada da Educação Ambiental", elaborou o "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global". Entre os objetivos estava o de interligar os princípios internacionais da educação ambiental e aprimorar suas concepções, trazendo a defesa da democracia, a preservação da fauna e da flora para um

desenvolvimento responsável, a educação fiel aos princípios ambientais com a garantia dos direitos básicos e potencialização das populações a se desenvolverem de forma democrática (OVALLES; VIEZZER, 1999).

Propõe-se que a Educação Ambiental absorva as questões socioculturais e as realidades locais de cada região para tornar as definições mais práticas possíveis. A Educação Ambiental e suas questões abordadas, não se atende com uma disciplina específica sobre meio ambiente, ecologia ou temas referentes (CASCINO, 1999).

O documento “Educating for a sustainable future, da Unesco”, define a interdisciplinaridade, transdisciplinaridade para uma ação direcionada, pois define que educação é o melhor meio para uma sociedade “justa/equitativa”. Vai além do que chamam de simplismo ambientalista, citam que os educadores focam suas ações somente nas resoluções de problemas, na preservação da fauna e da flora, na degradação ambiental e preservação das áreas verdes. O documento fortalece a ação da interdisciplinaridade para o caminho da sustentabilidade, entendem a interdependência das dimensões sociais contidas, sendo os valores éticos primordiais para uma “coesão social” com o fim proposto (CASCINO, 1999).

Essas concepções em documentos, fóruns e outros eventos mostram como pode ser o norte na construção dos currículos para a prática da Educação Ambiental, voltada para os objetivos sociais, coletivos, educacionais, da diversidade, da educação na sua nova ética de atuação para o ambiente, a interpelação entre homem e natureza em todos os indivíduos na reconstrução dos paradigmas (CASCINO, 1999).

2.1.2 O que é Educação Ambiental?

O surgimento de movimentos ambientalistas a partir dos anos 60 possibilitou o debate na busca de definir a Educação Ambiental. Essa busca inicial apontava variadas dúvidas e necessidades de investigações, pesquisas fundamentadas para delinear princípios e objetivos bem definidos. Pois que era crescente a necessidade de resposta para combater os problemas resultantes das atividades humanas que degradava o Meio Ambiente. Além disso, as comissões internacionais pressionavam as nações, para que criassem leis específicas de conservação ambiental (PELICIONI, 2002).

Educação Ambiental é a educação voltada e contextualizada para a dimensão ambiental, que busca a conscientização crítica e integrada dos setores sociais, para que voltem-se na busca de um novo modelo social. Vista também como um processo a Educação Ambiental apresenta as seguintes características: Os Indivíduos e comunidades se preocupam com as questões ambientais, em um processo de reconhecimento de valores, que modificam as atitudes em relação ao meio e entre os seres humanos; É um processo de tomada de decisões que conduz para a qualidade de vida; É coletivo e constrói valores, conhecimento, habilidades e atitudes voltadas a conservação ambiental, (ABÍLIO, 2008); Desenvolve uma consciência crítica de estímulo ao enfrentamento de problemas ambientais e sociais (TRIGUEIRO, 2005 apud ABÍLIO, 2008). Trabalha não só a mudança cultural, mas também a social, percebendo a crise ambiental também como uma questão ética e política, (ABÍLIO, 2008).

A Educação Ambiental é um processo em que os indivíduos adquirem conhecimentos e valores que os fazem tomar novas atitudes em relação ao meio ambiente. Considera-se também as realidades “econômicas, sociais e ecológicas” de cada comunidade. O conhecimento ambiental pode ser adquirido por meio da observação e da experimentação dos ambientes diversos. Observa-se os valores positivos do meio ambiente e os fatores que dão ênfase na resolução de problemas que afetam o Meio Ambiente, em uma abordagem interdisciplinar que observa todos os fatores que influenciam para o surgimento de um problema ambiental. Educação Ambiental é uma prática educacional equilibrada com as atividades da sociedade. Só é efetiva se todos participam do processo de conscientização, construção de valores e despertem suas responsabilidades. Ultrapassando a compreensão de um aspecto particular do processo educacional, a Educação Ambiental busca novas maneiras de viver em harmonia com o meio ambiente, adaptando-se aos diversos contextos socioeconômicos, culturais e considerando as desigualdades. A EA deve oferecer conhecimentos científicos e tecnológicos para favorecer a qualidade de vida em harmonia com o meio ambiente (DIAS, 2004).

Na Conferência de TBILISI, a Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao “conteúdo e a prática da educação”, canalizada para a resolução de problemas pelo enfoque interdisciplinar (DIAS, 2004). (CONAMA, 2001 apud DIAS 2004) define EA como um processo de formação e informação, que constrói a consciência crítica sobre as questões ambientais. (UNEP/UNESCO, MEADOW apud

DIAS, 2004) Apresenta uma sequência de definições para Educação Ambiental: I - Como sendo a aprendizagem de gerenciar e melhorar as relações indivíduo e Meio Ambiente de forma a reintegrá-los a biosfera; II - aplicabilidade de tecnologias modernas que podem evitar os desastres ambientais, aumentando a produtividade e minorando os danos; III - o aprendizado voltado para manter os sistemas ambientais; IV - a educação que ajuda na percepção do quadro global que cerca um problema ambiental.

A comissão Interministerial para a preparação da Rio-92, caracterizou a Educação Ambiental como a educação que abrange os campos, “culturais, socioeconômicos e políticos”, sendo assim não é uma pauta estática. Considera o estágio de desenvolvimento de cada nação, utilizando de forma racional os recursos do meio. É um processo onde as pessoas aprendem como funciona o meio ambiente, compreendem nossa dependência em relação a esse meio e fazem uma análise crítica da forma que agimos sobre ele (DIAS, 2004).

Um documento resultante da ECO 92, dispõe de alguns prepostos na tentativa de definir o que seja a Educação ambiental:

A educação ambiental não é neutra, mas ideológica, e um ato político;

A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre ser humano, a natureza e o Universo de forma interdisciplinar;

A adequação ambiental deve tratar das questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico.

Aspectos primordiais relacionados como o desenvolvimento e o meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e da fauna, devem ser abordados dessa maneira. (OVALLES; VIEZZER, 1995, pag.30)

No seminário de Belgrado (UNESCO/UNEP apud PELICIONI) foram formulados como objetivos da Educação Ambiental, a conscientização e sensibilização para os problemas ambientais, a construção do conhecimento primário para o entendimento do meio ambiente. As atitudes voltadas para a proteção ambiental com os “valores sociais” para se ter uma “participação ativa” do indivíduo. Automaticamente objetiva criar habilidades voltados a estes tipos de problemas, a capacitação de avaliação dos problemas ambientais com interferência de “fatores ecológicos, políticos, econômicos, sociais, estéticos e educacionais”.

A Educação Ambiental não pode ser uma disciplina isolada, ela deve ser incorporada ao currículo com a visão que perpassa todas as áreas do conhecimento, que forme um coletivo que poderá ser conscientizado, com uma noção política crítica e ativa para atuar em sociedade. A Educação Ambiental tem a concepção de formar cidadãos por meio de uma educação sistêmica para o desenvolvimento sustentável. É o entendimento de uma educação interdisciplinar para a formação de uma sociedade consciente, que resulte em novas atitudes e habilidades para que ocorra de fato mudanças concretas na sociedade (ABÍLIO, 2008).

2.1.3 Princípios da Educação Ambiental

Os princípios que norteiam a Educação Ambiental citados na Conferência de Tbilisi , abrangem a complexidade do indivíduo e o meio, o que é preciso que seja sensibilizado no cidadão para que perceba sua atuação positiva pela educação (MARCATTO, 2002). Os princípios são:

Quadro 1 : Princípios da Educação Ambiental

Ações	Contexto
Considerar	o ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e artificiais, tecnológicos e sociais (econômico, político, técnico, histórico- cultural e estético);
Construir-se	num processo contínuo e permanente, iniciando na educação infantil e continuando através de todas as fases do ensino formal e não formal.
Empregar	o enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, para que se adquira uma perspectiva global e equilibrada.
Examinar	as principais questões ambientais em escala pessoal, local, regional, nacional, internacional, de modo que os educandos tomem conhecimento das condições ambientais de outras regiões geográficas.
Concentrar-se	nas situações ambientais atuais e futuras, tendo em conta também a perspectiva histórica.
Insistir	na cooperação local, nacional e internacional, para prevenir e resolver os problemas ambientais.

Ações (continuação)	Contexto
Considerar	de maneira clara, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento.
Fazer	com que os alunos participem na organização de suas experiências de aprendizagem, proporcionando-lhes oportunidade de tomar decisões e de acatar suas conseqüências;
Estabelecer	uma relação para os alunos de todas as idades, entre a sensibilização pelo ambiente, a aquisição de conhecimentos, a capacidade de resolver problemas e o esclarecimento dos valores, insistindo especialmente em sensibilizar os mais jovens sobre os problemas ambientais existentes em sua própria comunidade.
Contribuir	para que os alunos descubram os efeitos e as causas reais dos problemas ambientais.
Salientar	a complexidade dos problemas ambientais e conseqüentemente a necessidade de desenvolver o sentido crítico e as aptidões necessárias para resolvê-los.
Utilizar	diferentes ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, privilegiando as atividades práticas e as experiências pessoais.

Fonte* Educação Ambiental: Conceitos e Princípios. Celso Marcatto, 2002.

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída na Lei 9.795/1999, dispõe sobre os princípios da Educação Ambiental, como sendo a prática educacional focada na percepção humanística, holística, democrática e participativa; o entendimento do Meio Ambiente em seu âmbito total e a interdependência entre o meio, o socioeconômico e o cultural, com o objetivo de atingir a sustentabilidade; a diversidade de pensamentos e abordagens pedagógicas, na perspectiva da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade; a ligação da ética com a educação, o trabalho e as práticas sociais; a garantia de continuidade do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a articulação das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; o reconhecimento e o respeito à pluralidade, à diversidade individual e cultural (PNEA, 1999).

2.1.4 Contribuições da Educação Ambiental

Um das contribuições ou resultados da Educação ambiental é possibilitar um sistema favorável para o desenvolvimento sustentável, em alguns momentos essa contribuição é vista como único objetivo. No decorrer da construção temática da Educação Ambiental o Desenvolvimento Sustentável vem como parte da abordagem crítica, (SUAVÉ, 1992). Desenvolvimento Sustentável é a promoção de valores que mantém os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem aspirar. Que também minimize os impactos diversos sobre a qualidade do ar, da água e de outros elementos naturais, a fim de manter a integridade global do ecossistema (ABÍLIO, 2008).

A Educação para a cidadania é uma das contribuições da Educação Ambiental, não que outras áreas não se voltem para esse foco, mas é vista aqui como um processo muito importante. Busca-se sensibilizar as pessoas para transformar suas ações, na busca de um novo tipo de desenvolvimento. O educador ambiental também tem o grande desafio de orientar seus cidadãos para a cidadania, ele é um mediador da construção de uma coletividade consciente. "O processo de conscientizar uma sociedade para que questione o desenvolvimento vigente está vinculado a práticas centradas na educação ambiental que garantem criar novos estilos de vida". O cidadão forma-se de valores conscientes para a mudança de hábitos e atitudes em condição harmônica com o todo. Educação ambiental para a cidadania é a ação que busca a formação e o indivíduo envolve-se como um ator político para a transformação social que relaciona homem, natureza e universo (ABÍLIO, 2008).

A "corresponsabilidade" fará com que cada sociedade seja um regulador, fiscalizador de atividades individuais e coletivas que afetam o meio. Cada indivíduo cobrará como cidadão consciente as políticas ambientais que dê segurança para seu ambiente, esse indivíduo exerce relações sociais diversas e entende que esse ambiente precisa ser respeitado dentro de um equilíbrio. A cidadania construída pela ação desenvolvida na Educação ambiental transforma o indivíduo pelas suas ações do dia-a-dia, pois considera ético agir conscientemente para a preservação ambiental. Tem uma ação, quando observa os erros que podem afetar seu equilíbrio ecológico, seu consumo é condizente a demanda da natureza que lhe oferece o desenvolvimento em todos os sentidos (ABÍLIO, 2008).

2.2 CURRÍCULO NO ENSINO SUPERIOR

Diante do exposto sobre as definições, princípios e objetivos essenciais para se definir o que é EA, o próximo passo para compreensão está na questão de como estruturar esses princípios e objetivos para a abordagem educacional. Assim, essa parte do trabalho irá discutir propostas que possam existir em Educação Ambiental para as IES, buscando a existência de adequações curriculares para o ensino superior, percebendo o que deve ser abordado como conteúdo de ensino e prática.

2.2.1 A Interdisciplinaridade e Transversalidade na Educação Ambiental.

O que se entende hoje por abordagem interdisciplinar está subscrito na capacidade do educador de interagir de modo linear os conteúdos que assimilam parte do tema em Educação Ambiental. O que se diz da Educação Ambiental como tema interdisciplinar é a assimilação dos conteúdos de ensino, onde basta interagir os conteúdos, encontrar pontos similares para abordar o tema, que a atuação interdisciplinar já está sendo feita e concluída. Essa noção é limitada, pois que não atinge completamente o que se busca em dizer que a Educação Ambiental é uma prática interdisciplinar. A prática interdisciplinar interage os conceitos já existentes fazendo com que eles se complementam e se reconstruam, essa permanente construção amplia o conhecimento para o novo modo de pensar e de agir (CASCINO, 1999). Pode-se dizer que a interdisciplinaridade é :

[...] “ser no outro”, ou a experiência de transformar-se no diferente/outro, transformando, ao mesmo tempo, esse mesmo diferente/outro. Essa lógica revela o ponto de partida para o processo interdisciplinar. Assim não se trata de simples cruzamento de “coisas” parecidas; trata-se, bem ao contrário, de constituir diálogos fundados na diferença, abraçando concretamente a riqueza derivada da diversidade. (CASCINO, 1999, pag. 30)

A interdisciplinaridade é o encontro de indivíduos que resulta na construção da totalidade do conhecimento. A busca do desconhecido é natural ao instinto humano, o instinto de descobrir o novo tirou o homem do rural para o ambiente da cidade, a descobrir terras novas, tecnologias novas, relações sociais e ambientais novas. Essa mesma ideia da incansável busca por novos caminhos deve prevalecer também na prática da interdisciplinaridade, para isso deve-se trilhar caminhos desconhecidos para a construção de novos conhecimentos e paradigmas para a Educação

Ambiental, (CASCINO, 1999). Esse caminho requer a interiorização dos indivíduos por conceitos simples que se baseie seus atos, que são essenciais para o equilíbrio da vida no planeta, que são “cooperação, pluralismo, paz, ética, criatividade, afetividade, resistência, solidariedade, dignidade, coletividade, participação, igualdade, espiritualidade e amor” (CASCINO,1999).

Da teoria à prática há um viés importante que é o da realidade, em que encontra-se as barreiras que é imposta pelas estruturas sociais, essas barreiras podem ser necessárias para a evolução das coisas, principalmente do homem em relação ao conhecimento. O campo da interdisciplinaridade deve ser bem estruturado e interligado, de forma a atender o dinamismo contínuo do conhecimento, entre professores, alunos, diretores, técnicos, etc. Cada qual aprofundado no seu campo para construção da visão total dos fatos (CASCINO, 1999). O conceito e concepção ideológico da interdisciplinaridade diz que a diversidade enriquece o todo, a contrariedade das coisas resultam outras novas possibilidades de entendimento do todo e de entendimento das transformações. Desestrutura a formação do pensamento fragmentado onde cada coisa é um mundo particular que não se conecta, e ao contrário disso diz que quanto mais particular as diferenças desse mundo necessita ele da complexidade particular do outro (CASCINO, 1999).

No percurso para conhecimentos novos nos deparamos com a dinâmica da transformação. Paradigmas são quebrados e dão lugar a transição para o novo, é um contexto de quebra dos paradigmas para uma percepção educativa diferenciada, essa quebra é característica do modelo interdisciplinar, dessa forma a atuação do professor deve ser visto como a de um construtor de paradigmas, sua atuação deve ser percebida para além do espaço interescolar (CASCINO, 1999).

Deve-se superar a visão fragmentada do conhecimento para atuar na forma transversal que a Educação Ambiental exige (PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais). A Educação Ambiental é localizada nos PCNs como integrada as áreas transversais, a visão transversal interage com o processo de interdisciplinaridade pois seguem o mesmo objetivo de integração das áreas do conhecimento. Atuar na visão transversal significa buscar a transformação de conceitos, é buscar a prática inclusiva com a sociedade, a teorização baseada no conhecimento vivido do meio social. A importância da Educação Ambiental está inserida nas várias áreas do saber, mais interligadas com o tema em Educação Ambiental, são as ciências

naturais, história e geografia. Porém outras áreas também podem contribuir como língua portuguesa, educação física, artes, (PCNs). Será necessário construir modelos adequados e testá-los para se atingir o objetivo de um modelo transversal. O seminário “Educação para a sustentabilidade”, 1998, apresenta uma proposta em que a partir da capacidade de interpretar o mundo e agir sobre ele de forma qualificada se constrói um processo de formação com ciclos escolares que seja conduzido por um eixo integrador da Educação Ambiental, em que o conhecimento seja dirigido por um foco transversal vertical e horizontal, os temas transversais seriam ética, saúde, pluralidade cultural, orientação sexual. (COEA, 2000).

2.2.2 A inserção da Educação Ambiental no ensino superior

Paralelo a RIO-92 o Ministério da Educação e da Cultura realizou um workshop e elaborou uma carta que buscava orientar um acordo junto com as IES para a implementação da Educação Ambiental, que se chamou:

Carta Brasileira de Educação Ambiental, sugerindo que o MEC, em conjunto com as Instituições de Ensino Superior (IES), definisse metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos, a fim de que fosse estabelecido o marco fundamental da implantação da EA no 3º grau.(APARECIDO, SHUVARTZ, PARANHOS, 2008, grifo nosso)

A carta descreve sobre a responsabilidade de integração das instituições não governamentais, que devem exercer um contínuo trabalho para a educação formal e não formal no âmbito da Educação Ambiental. Também tem a responsabilidade de oferecer estruturas para a construção do conhecimento e viabilizar as práticas pedagógicas. (MEC- RIO 92).

As IES são engrenagens fundamentais e o estado um apoiador contínuo desse caminho de acordo com as políticas nacionais e internacionais vigentes. Nesses termos diz a carta em alguns pontos de considerações, da necessidade de mudanças éticas na sociedade civil, que a Educação Ambiental é imprescindível para o desenvolvimento sustentável. Fala também da consolidação de uma base legal pelo "Inciso VI do. Parágrafo 1º do Art. 225 da Constituição Brasileira para implantação imediata da Educação Ambiental, em todos os níveis" (MEC – RIO 92, 1992).

A carta recomenda que as esferas do poder público Federal, Estadual e Municipal comprometam-se com a legislação e com as políticas para a Educação Ambiental, que haja articulação dos variados programas e iniciativas governamentais em Educação Ambiental pelo MEC. Recomenda que o MEC tenha diretrizes complementares aos documentos existentes sobre a Educação Ambiental e que orientem as delegacias estaduais (DMEC) e que as políticas formuladas externem o desejo do governo de defesa da escola pública em todos os níveis. O MEC estabeleça grupos e fórum permanentes de trabalho que definam diretrizes específicas para a necessidade de atuação ambiental no país, junto com as IES estabeleçam metas para a integração curricular com a dimensão ambiental, que sejam aprofundadas essa questão no ensino superior devido sua importância de transformação social. (MEC-RIO 92, 1992)

Recomenda-se que sejam alcançados os marcos internacionais na dimensão multi, inter e transdisciplinar em todos níveis de ensino, que os Reitores de todas as universidades assumam o compromisso com a implantação da dimensão ambiental nos diferentes cursos. As IES e os órgãos fundamentais apoiem os centros interdisciplinares de Educação Ambiental e estimulem o surgimento de novos. Haja estímulo a pesquisa, formação de recursos humanos e criação de bancos de dados divulgados. Viabilizar os recursos para a Educação Ambiental através de apoio efetivo a realização de programas, presenciais e à distância, de capacitação e fixação de recursos humanos, de reformulação e criação de novos currículos e programas de ensino, bem como elaboração de material instrucional. (MEC-RIO 92, 1992)

Assim é relevante o papel das IES para a produção do conhecimento ambiental, para a formação de uma prática profissional com saberes e abordagens ambientais.. As IES nesse propósito atingirão continuamente a transformação do pensamento atual para um pensamento futurista e contemporâneo. “Essa reforma do pensamento, deve levar à compreensão da complexidade ambiental, que envolve as inter-relações multidimensionais do contexto na qual a sociedade se insere”, (APARECIDO, SHUVARTZ, PARANHOS, 2008).

No Brasil as IES não atuam como dita a "Lei 9.795/99 (BRASIL, 1999) que no seu art.11º diz que “ a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (APARECIDO;

SHUVARTZ; PARANHOS, 2008). O objetivo é não tornar fragmentada a dimensão ambiental e torná-la utilitarista, que é uma prática preponderante tanto no meio acadêmico ou administrativo (DIAS, 2003). Busca-se conscientizar e transformador, por uma ferramenta interdisciplinar além de uma disciplina, é ter um eixo que articule as diferentes disciplinas, sendo um campo de discussão caloroso nas universidades (THOMAZ; CAMARGO 1978 apud APARECIDO; SHUVARTZ; PARANHOS, 2008).

2.2.3 Política Nacional de Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental é instituída pela “**LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**” que regulamenta e dispõe sobre a Educação Ambiental no entendimento das políticas voltadas a educação no âmbito brasileiro. Em seus artigos iniciais a Lei diz da Educação Ambiental como a busca para a construção de valores sociais, das Habilidades e atitudes da sociedade e do indivíduo focados nas relações com o meio ambiente, para a busca da sustentabilidade. Que a Educação Ambiental tem que estar presente de forma articulada em todas as modalidades de ensino seja formal ou informal (PNEA, 1999).

Que de acordo com a constituição o estado deve oferecer uma educação ambiental para todas as instituições de ensino. As instituições devem incluir nos programas educacionais que desenvolvem a integração da Educação Ambiental, e devem ser auxiliadas pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA para as práticas educativas que venham propor as instituições educativas. Os meios de comunicação em massa devem conter nos seus programas sempre a questão ambiental, para atingir de forma ampla a população. As empresas devem conscientizar e treinar seus funcionários para saberem como suas atuações profissionais interagem com o meio ambiente seja na ótica da gestão ou da prática operacional (PNEA, 1999).

Em 1995 foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), realizou-se alguns processos para agilizar a PNEA com princípios na diversidade cultural e a interdisciplinaridade.

No Art. 4 descreve-se como princípios básicos da educação ambiental em termos da Lei. Considerando os mais importantes:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; [...] (PNEA, 1999, pag. 01)

E como objetivos fundamentais da Educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.[...] IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; [...]PNEA, 1999, pag. 01)

As ações voltadas a PNEA, estão sobre a responsabilidade de entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PNEA, 1999).

Por ter a dimensão de atuar em todos os níveis de ensino, tem nas suas linhas de atuação, “capacitar recursos humanos”, “desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações”, “produção e divulgação de material educativo” e “acompanhar e avaliar”. A formação se dará em todas as dimensões de formação de ensino, em todos os âmbitos profissionais, pessoal de gestão ambiental e os profissionais do meio ambiente (PNEA, 1999).

2.2.4 Diretrizes curriculares para o Nível Superior

Dando continuidade o MEC sugere diretrizes para cada nível de ensino, “Educação Básica, nos seus níveis e modalidades”, “Educação Profissional de Nível Médio – Diretrizes Gerais para algumas áreas profissionais: Agrotécnica, Agropecuária e Produção Alimentícia, Indústria, Controle de Processos Industriais e Produção Industrial, Construção Civil e Infra-estrutura, Informação, Comunicação, Artes, Design e Produção Cultural, Gestão, Comércio e Negócios, Turismo, Lazer, Desenvolvimento Social e Hospitalidade, Meio Ambiente, Recursos Naturais, Saúde

e Segurança, Mineração, Informática, Química e Transporte.” Como vemos uma ampla concepção de áreas para a aplicação da educação ambiental.

As diretrizes voltadas a dimensão de Nível Superior estão imersas nas propostas de pesquisas e extensão, na construção de metodologias de ensino tanto para bacharelado como licenciatura, seguindo o contexto e a natureza de cada instituto. Segue os seis pontos direcionais para a aplicação da educação no âmbito universitário:

Quadro 2 - Pontos direcionais

1	Promoção do enfoque da sustentabilidade em seus múltiplos aspectos, por meio de atividade curricular/disciplina/projetos interdisciplinares obrigatórios que promovam o estudo da legislação ambiental e conhecimentos sobre gestão ambiental, de acordo com o perfil profissional dos diversos cursos de bacharelado, licenciatura, graduação tecnológica e seus respectivos cursos de pós-graduação.
2	Fomento a pesquisas voltadas à construção de instrumentos, metodologias e processos para a abordagem da dimensão ambiental que possam ser aplicados aos currículos integrados dos diferentes níveis e modalidades de ensino.
3	Acompanhamento avaliativo da incorporação da dimensão ambiental na Educação Superior de modo a subsidiar o aprimoramento dos projetos pedagógicos e a elaboração de diretrizes específicas para cada um de seus âmbitos.
4	Fomento e estímulo à pesquisa e extensão nas temáticas relacionadas à Educação Ambiental.
5	Incentivo à promoção de materiais educacionais que sirvam de referência para a educação ambiental nos diversos níveis de ensino e modalidades de ensino e aprendizagem.
6	Participação em processos de formação continuada e em serviço de docentes.

Fonte: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (P.D.C.N.E.A, MEC, 2012)

Na formação continuada de professores de todos os níveis, a inclusão obrigatória de metodologias de formação, ensino para a abordagem ambiental conforme legislação. Com a fomentação de incentivos e cooperação de áreas diversas para a pesquisa e interação, interdisciplinaridade de transversalidade (P.D.C.N.E.A, MEC, 2012).

2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

O primeiro tópico a se considerar no programa de Educação Ambiental é a compreensão sobre meio ambiente em sua totalidade, o ambiente natural constituído, envolvendo questões políticas, culturais, econômicas, tecnológicas, estéticas etc. Superar o entendimento de meio ambiente apenas como a

circunvizinhança da organização, deve-se abordar a visão de mundo entre Homem e Natureza, (BARBIERI, 2004).

A literatura aborda a Emergência da sociedade de risco, ou seja, a sociedade produtora de riscos ambientais crescentes. Definida como o lugar onde se concentra as causas e efeitos da degradação ambiental no eixo da sociedade moderna, os aspectos negativos ou riscos superam os aspectos positivos. A sociedade de risco é “uma forma sistemática de lidar com perigos e inseguranças induzidas e introduzidas pela própria modernização”, a resposta a esses riscos vem sendo construída por pactos internacionais que buscam estabelecer relações equitativas da gestão do homem em relação ao Meio Ambiente. (BECK; GRANDE, 2010 apud JACOBI; RAUFFLET; PADOVESE DE ARRUDA; MICHELLE, 2011).

Autores propõe encontrar uma tipologia do comportamento ambiental dos futuros administradores, levantando as variáveis representativas dessa tipologia, que apontam em qual sentido deve-se propor uma estratégia didático-pedagógica para os alunos em administração. As experiências da Michigan University, da Kellogg School, da Northeastern University, da Stanford University e da University of Texas–Austin são vistas como precursoras no desenvolvimento de programas de ensino de gestão ambiental em escolas de Administração. No Brasil, destacam-se as iniciativas da FEA/USP e da EAESP-FGV, que já ofereciam em 1993 a disciplina de Gestão Ambiental para a pós-graduação em Administração (KRUGLIANSKAS, 1993 apud DIAS; FRANCELINO, 2009).

A resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2004 instrui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de administração e não inclui a Educação Ambiental. Mas logo após fica entendido, a partir da inclusão da Educação Ambiental por uma lei ordinária, a regulamentação da sua inserção, (BARBIERI, 2004). Os desafios são grandes quando se tem uma legislação e acordos para a inclusão da Educação Ambiental nos processos pedagógicos do curso de administração, (JACOBI, 2005).

Kruglianskas (1993) destaca 4 desafios para a inserção da gestão ambiental, no universo da EA, no curso de administração:

Quadro 3 – Desafios para a inserção da temática ambiental em cursos de Administração

DESAFIOS	CONTEXTO
1 - Institucionalização da temática	Refere-se à forma como o tema da questão ambiental tem sido introduzida nos currículos.
2 - Engajamento de atores chave externos	Visa a assegurar que os programas de gestão ambiental desenvolvidas pelas escolas de Administração sejam relevantes para a sociedade, particularmente para as empresas.
3 - Abordagem didática	Refere-se a abordagem pedagógica para a implantação da interdisciplinaridade que caracteriza a gestão ambiental.
4 - Perspectivas profissionais	Representa uma motivação para a formação de administradores com esta capacitação

Fonte: RAE eletrônica, 2009.

A institucionalização da temática ambiental nas escolas de graduação em administração tem variado de acordo com o contexto de cada instituição. Algumas, os professores introduzem de forma progressiva a temática ambiental em suas disciplinas, outras criam disciplinas nos cursos de pós-graduação. Departamentos de diferentes escolas, ou da mesma, unem-se para viabilizar as competências multidisciplinares e constroem um programa ou um centro de estudo com a missão principal de dedicar-se ao tema da gestão ambiental, (DIAS, FRANCELINO, 2009).

A comunidade empresarial e órgãos diversos envolvidos no processo da gestão ambiental, podem pressionar a opinião social e levar as instituições a incluírem mais o processo de Educação Ambiental no curso de Administração. A legislação vem pressionando, porém há uma noção de que os investimentos em gestão ambiental é um custo em vez de agregação de valor no processo de produção, (DIAS, FRANCELINO, 2009).

A estratégia pedagógica eficaz pode ser a de oferecer um ensino atraente que interligue, ecologia, administração e tecnologia, que vá além do processo atual, abordando a interdisciplinaridade com uma aprendizagem estimulante. Um programa com tópicos transversais sobre Gestão Ambiental nas disciplinas existentes, darão mais consciência na formação ambiental dos administradores, percebendo-se os administradores como profissionais qualificados também como gestores ambientais

e com oportunidades de mercado, (BARBIERI, 2004 apud DIAS, FRANCELINO, 2009).

Estudos diversos preocupam-se em saber qual a percepção do indivíduo por produtos ecologicamente corretos e quais são as características desses consumidores. Com o objetivo de obter o grau de consciência ambiental dos indivíduos. Defini-te consciência ambiental como a tendência de um indivíduo em se posicionar frente aos assuntos relativos ao meio ambiente de uma maneira a favor ou contra. Acredita-se que indivíduos com maiores níveis de consciência ambiental tenderiam a tomar decisões levando em consideração o impacto ambiental de suas posturas e ações (BEDANTE; SLONGO, 2004 apud DIAS, FRANCELINO, 2009).

Um estudo realizado com o objetivo de mapear a dimensão ecológica do comportamento de futuros administradores, aponta condições, desafios e perspectivas para ampliação da formação socioambiental nos projetos pedagógicos da graduação em Administração. O estudo foi realizado com alunos do curso em uma instituição de ensino superior de São Paulo, a fim de analisar o grau de consciência ambiental dos futuros administradores, (DIAS, FRANCELINO, 2009).

O estudo mostrou que entre os 341 estudantes que participaram do questionário, 76% deles responderam que nunca haviam participado de uma discussão sobre meio ambiente no curso, 86,6% nunca fizeram trabalhos sobre esse tema na faculdade, (DIAS, FRANCELINO, 2009).

A partir do uso de técnicas de aglomeração de dados, resultou-se em alguns tipos de dimensões de comportamento que foram o "Consumo engajado", "Preocupação com o lixo", "Boicote via consumo", "Mobilização e ambiente doméstico". A partir dessas dimensões foram construídos conglomerados relativos a tipologias relacionadas às variáveis encontradas, que define o comportamento ambiental dos indivíduos para a questão ecológica. As tipologias são a ATVISTA: que representa 24% dos alunos, eles destacam-se nas dimensões de consumo engajado e mobilização, os escores comportamentais para estas dimensões foram os maiores percebidos em relação às outras dimensões, os ativistas apresentam maior interesse em se importar pelo meio ambiente e mostram uma pontuação de participação em discussões sobre meio ambiente 10 pontos acima do total; CRÍTICO: Representa 35% dos estudantes, destacam-se na dimensão Boicote ao consumo, a

preocupação com lixo tem média quase igual à dos ativistas e passivos, 5 pontos acima da média total em relação a participar de discussões sobre meio ambiente, porém 90,2% nunca fizeram algum trabalho sobre meio ambiente, mas afirmaram que já tiveram contato no ensino médio e básico com o tema; DESCOMPROMETIDO: Representa 14% do total de alunos pesquisados, baixa preocupação com o tratamento do lixo, o percentual dos alunos que já fizeram algum trabalho sobre o meio ambiente é o mais alto dentre os quatro conglomerados, 18,2%, quase 5 pontos acima do índice global da pesquisa, além disso, 29,5% afirmaram já ter participado de discussões sobre questões do meio ambiente em sala de aula; PASSIVO: Representa 27% dos respondentes, escores relativamente baixos das dimensões Boicote via Consumo, Consumo Engajado e Mobilização, apresentaram grau de interesse baixo sobre assuntos do MA, interesse abaixo do nível de conhecimento sobre o assunto, porém tomam decisões consideráveis quando se trata de atitudes positivas com lixo doméstico, (DIAS, FRANCELINO, 2009).

De acordo com resultado do estudo necessita-se de uma estratégia pedagógica diferenciada entre os graduandos, pois são diferentes os padrões de comportamento pelos alunos. A análise dos resultados mostra que mesmo alunos que já cursaram disciplinas ou fizeram trabalhos sobre Meio Ambiente, apresentam baixo comprometimento para as questões ambientais. Isso mostra que os professores precisavam construir uma estratégia pedagógica além da atual. Desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem mais efetiva para a discussão de temas ambientais nas diferentes disciplinas do curso. O estudo constatou que, para os alunos pesquisados, o acesso à informação e até mesmo, à formação ambiental prévia à universidade não implica avanço da consciência ambiental, (DIAS, FRANCELINO, 2009).

O curso superior de administração tem um papel de construir habilidades e atitudes nos estudantes voltadas à gestão consciente com fim na sustentabilidade, pois serão eles os futuros gestores nas diversas atividades administrativas que exercerão (JACOBI; RAUFFLET; PADOVESE DE ARRUDA; MICHELLE, 2011).

Para o entendimento das concepções da gestão ambiental é importante distinguir ecologia de ambientalismo, esta última sendo um movimento multifacetado onde suas crenças parecem vir de todas as partes, com princípios extraídos da ecologia.

A abordagem ecológica é entendida como uma ideologia que se apresenta pela tendência do antropocentrismo (visando o valor humano dentro das ações e criação do conhecimento) e pela tendência na ideologia ortodoxa (visa o valor da ecosfera como um todo), (BARBIERI, 2004). O curso de administração ao longo da sua trajetória como curso superior esteve baseado pelo pensamento econômico, ou seja, por um pensamento que vem atender as necessidades do homem, tendendo a uma visão antropológica desde sempre. Crê na busca da sustentabilidade pelo crescimento econômico, limitando-a ao processo de produção, mesmo que a sustentabilidade alerta para finitude dos recursos naturais e a aceleração do consumo. A sustentabilidade é a visão ecológica dentro da administração, é ortodoxo no sentido positivo de compreender o valor da ecosfera. Outros defendem o pensamento de uma economia produtiva com o uso cada vez menor de energia, com ganhos ecoeficientes, sem que os limites ecológicos sejam rompidos, (JACOBI; RAUFFLET; PADOVESE DE ARRUDA; MICHELLE, 2011).

As intuições de ensino superior devem ser vistas como essenciais para a formação de pessoas com o pensamento sustentável. Esse papel que a universidade pode exercer, orienta-se por três componentes: 1º- os espaços de formação, intercâmbio e educação; 2º - os espaços de pesquisa e geração de ideias e 3º - as organizações, com orçamentos e processos de tomada de decisão. A Década das Nações Unidas da Educação para a sustentabilidade, 2005 – 2014, motivou inúmeras instituições a promoverem a inserção ambiental nos seus currículos, em todos os níveis e modalidades. Porém tem sido uma questão de importante debate a inserção da Educação para a sustentabilidade dentro do nível superior e paralelamente nos sistemas educativos, (JACOBI; RAUFFLET; PADOVESE DE ARRUDA e MICHELLE, 2011).

Ao longo da década de 90 um número crescente de IES, assinaram acordos internacionais para promover a sustentabilidade em suas dimensões acadêmicas, como a declaração de Talloires, 1990 na França. Tem como um dos objetivos construir práticas influentes na difusão dos princípios da sustentabilidade no ensino superior. A Declaração de Talloires (TD) é um plano de ação de dez pontos para incorporar a sustentabilidade e a instrução ambiental no ensino, na pesquisa e na extensão de operações em faculdades e universidades. Foi assinada por mais de 350 presidentes e reitores de universidades de mais de 40 países. É importante porque reconhece que a mudança curricular é necessária em todos os programas de

estudo, e não apenas para aqueles com foco na sustentabilidade, (JACOBI; RAUFFLET; PADOVESE DE ARRUDA; MICHELLE, 2011).

Os eixos transversais citados nos PCNs, no âmbito das escolas de nível superior são estabelecido pela lei 10.861 e as IES serão avaliadas conforme perceba-se um perfil que mostre sua forma de ação considerando as diferentes dimensões institucionais, como a responsabilidade social, sua participação na inclusão social, fomento a economia e a proteção ambiental, da memória cultural e da produção artística, (BARBIERI, 2004).

Entre tais iniciativas, destacam-se os Principles for Responsible Management Education (PRME) no campo da Administração de Empresas, que até dezembro de 2010 já tinham sido assinados por mais de 300 instituições de ensino superior de Administração em todo o mundo. Os seis princípios são:

1. Propósito: desenvolver as habilidades dos estudantes para que se tornem futuros geradores de valores sustentáveis nos negócios e na sociedade e trabalhar para uma economia global sustentável; 2. Valores: incorporar nas atividades acadêmicas e curriculares os valores globais da responsabilidade social, tal qual definidos por iniciativas internacionais, como a United Nations Global Compact; 3. Método: criar estruturas educacionais, materiais e processos que possibilitem experiências efetivas de aprendizagem para uma liderança responsável; 4. Pesquisa: engajar-se em pesquisas conceituais e empíricas que colaborem para avançar no entendimento sobre o papel, a dinâmica e o impacto das corporações na criação de valores social, ambiental e economicamente sustentáveis; 5. Parceria: interagir com administradores de corporações empresariais para expandir o conhecimento de seus desafios em cumprir suas responsabilidades socioambientais e explorar esforços conjuntos para abordar tais desafios; e 6. Diálogo: facilitar e apoiar diálogos e debates entre educadores, empresas, governo, consumidores, mídia, organizações da sociedade civil e outros grupos de interesse e stakeholders em questões críticas relacionadas à responsabilidade social global e à sustentabilidade, (ZELEM; BLANCHARD e LECOME, apud JACOBI; RAUFFLET; PADOVESE DE ARRUDA; MICHELLE, 2011, pág. 11)

A urgência da incorporação da Educação Ambiental como tema transversal no curso de administração, levando em conta os desafios relacionados a esse processo, levou a inclusão de uma disciplina de gestão ambiental ou gestão ambiental empresarial nos programas do curso. Mesmo não se adequando aos termos da interdisciplinaridade, as disciplinas trazem aspectos e valores da Educação Ambiental às áreas comuns da administração, incorporando de forma urgente e aos poucos a importância ambiental, (BARBIERI, 2004)..

Tem-se também a Ecoeficiência, que refere-se a medidas tomadas para minimizar o impacto ambiental de processos produtivos por meio da redução ou eliminação dos

resíduos derivados desses processos, tornou-se costume no campo da produção e da logística. Embora louvável pode ser não positivo para o meio ambiente no futuro, porque as empresas buscam o lucro e não desaceleraram a produção, menos resíduos ao longo da produção não significa menos insumos explorados do meio, e acabam gerando a mesma quantidade de resíduos finais, em um tempo um pouco mais longo. O curso de administração deve desenvolver uma nova abordagem sistemática que permita as empresas reduzirem a utilização total de insumos, tanto na exploração como na produção, (SENIGE; CARSTEDT, 2002 apud JACOBI; RAUFFLET; PADOVESE DE ARRUDA e MICHELLE, 2011).

De acordo com (Raufflet, 2006) propôs três formas de gestão ambiental das empresas com base em três paradigmas, o Primeiro incremental: atuação e forma reativa, reduzem seu impacto direto sobre a biosfera, a Segunda é adaptativa: processo sistêmico integrado, fluxos de processos interdependentes com de outras empresas e a Terceira radical: Critica profundamente a forma de vida atual, o consumo desenfreado, degradação e poluição além dos limites controláveis, na administração prevalece o primeiro e o segundo paradigmas.

Para que a sustentabilidade seja integrada ao curso de administração é necessário que haja um planejamento de como ela pode ser implantada, se por meio de estruturas novas ou já existentes. Mensurar o status percebido dentro dos cursos de administração sobre a importância da sustentabilidade, (JACOBI; RAUFFLET; PADOVESE DE ARRUDA; MICHELLE, 2011). Pois a sustentabilidade em muitos lugares é vista no sentido de continuar extraindo em prol do consumo, apropriando-a ao que necessita os grupos empresariais para continuarem produzindo e extraindo os recursos naturais (ainda sobre a percepção antropocêntrica do Homem em relação ao Meio Ambiente), (BARBIERI, 2004).

Uma metodologia que pode agregar ao ensino da Educação Ambiental no curso de administração é o que chamam de "Comunidades de aprendizagem", é um tipo de metodologia de ensino que busca através do diálogo o aprendizado uns com os outros, um lugar que o conhecimento é compartilhado e adquirido. Surge com essa metodologia a "Comunidade prática", em que o indivíduo compartilha um objetivo comum com outros indivíduos, aprendem juntos, aprimorando as práticas, apoiam-se mutuamente, é uma visão de conhecimento que pode ser inserida no aprendizado sobre sustentabilidade. Essa prática do conhecimento permite a aprendizagem

social, inovando o processo de conhecimento. (JACOBI; RAUFFLET; PADOVESE DE ARRUDA, MICHELLE, 2011).

A evolução do pensamento da Educação Ambiental associado aos conceitos do Desenvolvimento Sustentável, resultou em uma visão holística do Meio Ambiente e da sociedade. A inclusão dos paradigmas da Educação Ambiental nos cursos de nível superior, vem atender as orientações firmadas nas conferências tanto nacionais como internacionais. O curso de administração tem uma grande necessidade em sincronizar os princípios da Educação Ambiental no seu programa. As empresas que criam modos de vida, desejos e comportamentos que acabam interferindo na forma de como o indivíduo interage com o meio ambiente. As atividades empresariais influenciam nos problemas ambientais, pois utilizam constantemente recursos do meio ambiente para produzir bens e serviços e acabam gerando resíduos direta ou indiretamente, (BARBIERI, 2004).

A maioria dos programas de curso superior, incluindo o de administração, no seu contato inicial com a Educação Ambiental, abordava ou abordam com programas básicos de atuação, como atividades isoladas com o meio ambiente ou em cursos separados. Obedecia a legislação vigente que focava no controle da poluição e buscava soluções tecnológicas para o fim dos processos de produção, ou seja, uma gestão reativa que trata os poluentes antes que cheguem ao meio ambiente, mas diminuem a produção desses poluentes, (BARBIERI, 2004).

Outro ponto é a visão em muitos cursos de administração, que pensam os resultados somente para as empresas, sendo este pensamento não condizente, desde o momento em que se mostra os problemas ambientais completamente ligados as atividades humanas em geral, principalmente ligados as atividades das grandes empresas. Há exemplos de cursos de administração que romperam com o dilema ambiente empresa e passaram a conscientizar seus gestores diante das necessidades da gestão ambiental em seus processos, (BARBIERI, 2004).

A formação de gestores conscientes de suas responsabilidades ambientais é fundamental, pois ao ocuparem cargos diversos nas estruturas empresariais ou institucionais, se deparam com decisões de cunho ambiental, com consequências no meio ambiente. O administrador moderno cada vez mais será levado a solucionar e prevenir problemas ambientais diversos. Nesse sentido o desafio do educador será

também o de levar o formando a ter eficiência em implementar mudanças a fim de reduzir os problemas socioambientais (DIAS, FRANCELINO, 2009).

Para esse processo de formação de administradores conscientes, aceita-se a inclusão temporária de uma disciplina que comece as discussões sobre Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável a medida que se entende que logo mais possa-se tratar a questão ambiental com mais naturalidade, com conceito e abordagem interdisciplinar em todos as dimensões da administração. Formando profissionais conscientes de uma gestão que prever harmoniosamente as variáveis ambientais para atingir os objetivos institucionais. As disciplinas incorporarão a Educação Ambiental, por se tratar de um programa educacional abrangente para o Desenvolvimento Sustentável e Atendendo ao programa mundial da ONU para o desenvolvimento sustentável, (BARBIERI, 2004).

3. METODOLOGIA

O estudo proposto neste trabalho visa **“Identificar os princípios da Educação Ambiental na oferta curricular dos cursos de Administração das Universidades Públicas do Centro-Oeste”**.

Para isto pesquisou-se um número limitado de universidades, obtendo-se uma amostra adequada para estudo. Observou-se que para a proposta deste trabalho, o número de nove universidades públicas existentes na região centro-oeste atenderia as questões de pesquisa. Inicialmente a pesquisa seria realizada com universidades públicas federais, porém observou-se que se teria um número pequeno para análise. Então, acrescentaram-se as universidades públicas estaduais, pois entenderia ao campo de pesquisa de universidades públicas e aos objetivos da pesquisa. Por serem também, universidades localizadas na mesma região onde pesquisa foi feita, próximas à universidade onde se realizou o processo e que entra no campo de pesquisa, a UnB. Para perceber certo parâmetro de estrutura curricular já a partir da região centro-oeste. Após isso, obtiveram-se nove universidades ativas e que estavam aptas a serem pesquisadas.

Os estados que fazem parte do centro-oeste são: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Identificaram-se universidades públicas ativas em cada estado, são elas: 1 - Universidade Federal de Goiás (UFG); 2 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); 3 - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); 4 – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); 5 – Universidade de Brasília (UnB); 6 – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); 7 – Universidade Estadual de Goiás (UEG); 8 – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e 9 – Universidade de Rio Verde (UniRV);

Em seguida verificou-se onde se localizava os departamentos de administração de cada universidade. A maioria encontrava-se nos setores da FACE de cada instituição, é o local das Faculdades de Administração, Contabilidade e Economia. Em seguida, por pesquisa online, encontrou-se o departamento de administração dentro da FACE das universidades que tinham esse formato, para enfim obter os documentos necessários para o início da pesquisa. A pesquisa apresenta o tipo de coleta de dados documental, pois se recorreu as matrizes curriculares ou a grades curriculares atuais das IES e ao Projeto Político pedagógico dos cursos – PPCs.

Observando nas ementas a sinalização da abordagem dos objetivos e princípios da Educação Ambiental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Caracterizando como uma pesquisa mista, por ter abordagem metodológica que analisam dados tanto quantitativos como qualitativos, predominando a do tipo qualitativo (CRESWELL, 2007). Apresenta natureza transversal, por focar o estudo em um ponto determinado no tempo, no caso a verificação dos princípios ambientais nos cursos de administração no momento da pesquisa e a descrição de forma explicativa dos dados apresentados (MARCONE, 2010).

Os instrumentos de coleta de dados seguiram as etapas descritas a seguir:

1. Levantamento da quantidade de IES federais e estaduais ativas no centro-oeste;
2. Listagem da grade curricular atual de todas as disciplinas de todas as Universidades em uma planilha no Excel;
3. Listagem geral em uma planilha com filtro;
4. Baixar todos os Projetos Pedagógicos de cada Universidade, para obter as ementas de todas as disciplinas;
5. Destacar as disciplinas que apresentam o conteúdo de Sustentabilidade, Meio Ambiente e Educação Ambiental;
6. Identificar as disciplinas de Educação Ambiental, perceber a forma que as ementas abordam a temática e comparando com que a literatura propõe;
7. Análise da listagem de disciplinas por uma tabela dinâmica, resultado da planilha de listagem geral com cargas horária, direcionadas a cada tipo de disciplina;
8. Tabelas resultantes para discussão dos resultados, através dos dados quantitativos e qualitativos obtidos.

O processo de análise de dados deu-se por uma amostragem de carga horária para cada tipo de disciplina, seguindo a suas respectivas classificações. As tabelas com a listagem das disciplinas de cada IES foi organizada de uma forma que ajudasse a fazer análise posterior, na listagem geral e para a tabela dinâmica.

Primeiro: Listagem de cada Universidade no Excel. A tabela a seguir exemplifica a forma que cada universidade teve suas disciplinas listadas e classificadas. A tabela representa cada coluna no Excel:

Tabela 1: Listagem de disciplinas de cada universidade

IES	Disciplina	C/H	Tipo	Classificação 1	Classificação 2	Ementa 1	Ementa 2
UFG	Cálculo 1B	64	OBR	Básica	Matemática	não	-
UFG	Fundamentos de Contabilidade	64	OBR	Básica	Contábeis	não	-
UFG	Introdução à Administração de Empresas	64	OBR	Profissional	Teorias da Administração e das Organizações	não	-
UFG	Introdução à Administração Pública	64	OBR	Profissional	Teorias da Administração e das Organizações	não	-
UFG	Psicologia das Organizações	64	OBR	Básica	Psicológicas	não	-
UFG	Matemática Financeira	64	OBR	Profissional	Finanças	não	-
UFG	Cálculo 2B	64	OBR	Básica	Matemática	não	-
UFG	Contabilidade Gerencial	64	OBR	Básica	Contábeis	não	-
UFG	Responsabilidade Socioambiental Corporativa	64	OBR	Complementar	Educação Ambiental	sim	ISO 14000

Fonte: Planilha. Listagem de cada universidade pesquisada, 2017.

Segundo: A classificação das disciplinas ofertadas obedeceu à lógica exemplificada a seguir. As colunas da tabela representam as células o Excel:

Tabela 2: Classificação das disciplinas

A	B	C	D	E	F	G	H
IES	Disciplina	C/H	Tipo	Classificação 1	Classificação 2	Ementa 1	Ementa 2
UnB	Calculo Financeiro	60	OBR	Profissional	Finanças	não	-
UnB	Fundamentos da Administração Pública	60	OBR	Profissional	Teorias da Administração e das Organizações	não	-
UnB	Gestão Pessoas em Organizações	60	OBR	Profissional	Administração de Recursos Humanos	não	-

A	B (continuação)	C	D	E	F	G	H
IES	Disciplina	C/H	Tipo	Classificação 1	Classificação 2	Ementa 1	Ementa 2
UnB	Metodologia Científica Aplicada	60	OBR	Complementar	Métodos de Pesquisa	não	-
UnB	Microeconomics Aplicada	60	OBR	Básica	Econômicas	não	-
UnB	Abordagens Críticas ao Estudo de Organizações	60	OBR	Profissional	Teorias da Administração e das Organizações	não	-
UnB	Administração de Marketing	60	OBR	Profissional	Marketing	não	-
UnB	Finanças 1	60	OBR	Profissional	Finanças	não	-
UnB	Macroeconomics Aplicada	60	OBR	Básica	Econômicas	não	-
UnB	Análise Organizacional, Sistema e Métodos	60	OBR	Profissional	Teorias da Administração e das Organizações	não	-
UnB	Administração da Produção e Operações	60	OBR	Profissional	Produção	sim	Ética e gestão socioambiental.

Fonte: Planilha: listagem de cada universidade pesquisada, 2017.

De acordo com a tabela 2 podemos entender o seguinte: Coluna A – Identifica a universidade; Coluna B – Disciplinas; Coluna C – A carga Horária necessária para cursar a disciplina; Coluna D – O tipo da Disciplina, se é Obrigatória (OBR) ou Optativa (OPT); Coluna E – Classificação 1, que se dividia em básicas, profissional, estudos quantitativos e complementares; Coluna F – Classificação 2, que apresenta uma subclassificação de acordo com a coluna E; Coluna G – Ementa 1, para afirmar se há presença (SIM) ou (NÃO) dos princípios da Educação ambiental naquela disciplina; Coluna H – Ementa 2 – caso seja SIM, é destacado nesta coluna os termos que se referem a Educação Ambiental na ementa da disciplina.

Terceiro: Uma planilha única que mostrasse todas as universidades e suas respectivas matérias ofertadas. E aplicação de um filtro em cada coluna.

Quarto: Aplicação da ferramenta da tabela dinâmica, pois auxiliaria na construção dos quadros que serão vistos na próxima seção de resultados.

O quadro a seguir exemplifica a classificação feita na **Coluna E e F** da tabela 2. Tem como referência o documento do “**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005**, institui as **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração**, bacharelado, e dá outras providências”, especificamente no Art. 5 :

Quadro 4: Classificação das disciplinas

Conteúdo de Formação (Classificação 1)	Especificação (Classificação 2)	Adaptação para a Listagem no Excel (Classificação 2)
Básica	Relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;	Matemática; Contábeis; Psicológicas; Antropológicas; Sociológicas; Filosóficas; Éticas; Políticas; Econômicas; Tecnológicas; Jurídicas;
Profissional	Relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;	Teorias da Administração e das Organizações; Administração de Recursos Humanos; Marketing; Materiais; Produção; Logística; Finanças; Orçamentária; Sistemas de Informação; Planejamento Estratégico; Serviços;
Estudos Quantitativos	Abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes administração;	Pesquisa Operacional; Teoria dos Jogos; Modelos matemáticos e estatísticos;
Complementar	Estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.	Métodos de Pesquisa; Educação Ambiental; Outro;

Fonte: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, 2015.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A metodologia da pesquisa exposta na seção anterior possibilitou alcançar dados que foram estruturados em uma planilha. Por meio dela, os dados foram organizados da seguinte maneira: obtive-se informações quantitativas referentes às disciplinas ofertadas pelas Universidades pesquisadas, analisou-se também a carga horária de cada curso e outras informações que se considera relevante para análise dos resultados, que serão expostas em quadros com informações em forma também de porcentagem.

No quadro 5, é apresentada a classificação e os conteúdos de formação das disciplinas de acordo com os conteúdos presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de administração com as respectivas cargas horárias. As análises serão feitas observando-se as cargas horárias.

Quadro 5 - Classificação das disciplinas dos cursos de Administração das Universidades públicas e a carga horária total.

Conteúdos de Formação	Universidades									
	UEG	UEMS	UFG	UFGD	UFMS	UFMT	UnB	JNEMAT	UniRV	TOTAL
Básica	960	748	1152	1152	816	640	2640	1560	750	10418
Antropológicas							60	60		120
Contábeis	120	136	192	144	68	64	345	660	120	1849
Econômicas	90	136	192	288	68	64	600	180	60	1678
Éticas	30			72	68	64	75	60	30	399
Filosóficas		68	64	72	68		60	60	60	452
Finanças				72						72
Jurídicas	360	136	128	144	68	192	360	240	120	1748
Matemática	90	68	128	72	68	64	360	60	120	1030
Políticas	60		320		68	64	300			812
Psicológicas	60	68	64	72	68		180	60	60	632
Sociológicas	30	68	64	72	136		120	60	90	640

Conteúdos de Formação	Universidades (continuação)									
	UEG	UEMS	UFG	UFGD	UFMS	UFMT	UnB	JNEMAT	UniRV	TOTAL
Profissional	1950	1360	2016	2016	1428	1408	3720	1560	1530	16988
Tecnologias da Comunicação e da Informação	120	68		144	136	128	180	120	90	986
Administração de Recursos Humanos	360	136	384	216	272	256	690	180	300	2794
Empreendedorismo	60	68	224	36	68	64	60	120		700
Finanças	510	204	288	216	408	320	810	360	300	3416
Logística	180		64	72		64	120		120	620
Marketing	120	136	288	468	204	128	570	120	120	2154
Planejamento Estratégico	180	68	64	324	68	192	210	60	150	1316
Produção	180	272	128	252	136	128	270	240	180	1786
Serviços	30	68	64	72	68		120		60	482
Sistemas de Informação	60	136	64	36	68	64	240	120	60	848
Teorias da Administração e das Organizações	270	272	448	324	136	192	630	360	240	2872
Estudos Quantitativos	60	136	320	72	204	128	480	180	120	1700
Estatística	60	136	128	72	68	64	180	120	60	888
Modelos Matemáticos			128				240			368
Pesquisa Operacional			64		68	64	60	60	60	376
Teoria dos Jogos					68					68
Complementar	910	816	800	1790	1198	908	1560	1140	435	9557
Diversidade e Sociedade			128	288	68					484
Educação Ambiental	60	68	64	216	204	64	60	60	60	856
Estágio	300	408		116	204			300	108	1436

Conteúdos de Formação	Universidades (continuação)									
	UEG	UEMS	UFG	UFGD	UFMS	UFMT	UnB	UNEMAT	UniRV	TOTAL
Formas de Comunicação	60	68	64	54	34	64	600	60	45	1049
Jogos de Empresa				108			180	120	60	468
Mercadológicas	100	136		36	272	128	120	360	60	1212
Métodos de Pesquisa	300	68	480	468	170	428	210	120	102	2346
Outro	60	68	64	504	178	160	180	120		1334
Tecnologia	30				68	64	210			372
TOTAL	3880	3060	4288	5030	3646	3084	8400	4440	2835	38663

Fonte: Tabela dinâmica da listagem geral das universidades pesquisadas.

Ao se analisar o quadro 5, pode-se visualizar que o somatório total de todas as disciplinas pesquisadas é de 38.663 horas. Entre as classificações, percebe-se que 16.988 horas são destinadas a formação profissional. Abrangendo assim, a maior quantidade de horas em relação aos outros tipos de disciplinas. Vemos que as universidades seguem esse comportamento para as disciplinas de conteúdo profissional, variando de 3.720 horas (UnB) a 1.360 horas (UEMS).

Em seguida, disciplinas de conteúdo Básico, apresentam uma carga horária total de 10.418 horas. Variando de 2.640 horas (UnB) a 1.560 horas (UNEMAT). Podendo-se concluir, que uma quantidade grande de horas é destinada a esse tipo de disciplina. Consideradas de conhecimento básico ou como pré-requisitados para o aprendizado nas disciplinas profissionais.

Logo após, observa-se que as disciplinas de conteúdo Complementar tem um total 9.557 horas. Partindo de 1.790 horas (UFGD) a 435 horas (UniRV). Percebe-se que esse tipo de disciplina tem uma representatividade baixa, em relação ao total da carga horária.

Por último, observa-se que as disciplinas de Estudos Quantitativos apresentam uma carga horária total de 1.700 horas. Variando de 480 horas (UnB) a 60 horas (UEG). Pode-se entender, que essas disciplinas representam a menor carga horária em relação ao total das disciplinas.

O total de carga horária destinada para cada tipo de disciplina permite entender, qual a quantidade de horas que as Instituições de ensino superior, consideram suficiente para que o aluno se forme. Um dado relacionado a isso, que pode ser observado, é que a UnB apresenta carga horaria maior na maioria dos tipos de disciplinas nesse quadro.

Nos quadros 6, 7, 8, 9 e 10 também são apresentadas as classificações das disciplinas dos cursos de Administração das universidades públicas do Centro-Oeste de acordo com os conteúdos presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais, mas a análise é percentual, para facilitar a comparação.

Quadro 6 - Quantidade dos Conteúdos de Formação dos Cursos de Administração.

Universidades	Conteúdos de Formação				
	Básica	Complementar	Estudos Quantitativos	Profissional	Total
UFG	27%	19%	7%	47%	100
UFMS	22%	33%	6%	39%	100
UFMT	21%	29%	4%	46%	100
UFGD	23%	36%	1%	40%	100
UnB	31%	19%	6%	44%	100
UNEMAT	35%	26%	4%	35%	100
UEG	25%	23%	2%	50%	100
UEMS	24%	27%	4%	44%	100
UNIRV	26%	15%	4%	54%	100
MÉDIA	27%	25%	4%	44%	100

Fonte: Fonte: Tabela dinâmica da listagem geral das universidades pesquisadas, 2017.

De acordo com o quadro 6, percebe-se que a maior parte da carga horária dos cursos analisados está na Formação Profissional, com média de 44%. Em todas as universidades, a formação Profissional é a categoria com maior carga horária, variando de 35% (UNEMAT) a 54% (UniRV). Este dado parece importante para indicar que os cursos estão focando nos conhecimentos específicos da área, tidos como fundamentais para a formação do administrador.

Em seguida, o grupo de conteúdo de Formação Básica aparece com média de 27% da carga horária total. A universidade com maior valor é a UNEMAT (que chega a 35%) e a com menor valor é a UFMT (com 21%). Esses valores indicam que uma parte significativa do curso é planejada para a compreensão de conhecimentos básicos, necessárias para o profissional da Administração, que englobam ciências econômicas, jurídicas, contábeis, sociológicas, entre outras.

De acordo com os dados, média de 25% da carga horária são destinados à Formação Complementar. A universidade com maior valor é a UFG (com 36%) e a com menor valor é a UniRV (com 15%). Esses valores indicam que parte relevante do curso é planejado para este tipo de formação, talvez dessa forma as universidades tentam dá mais opção de escolha aos alunos, para que façam disciplinas de seu maior interesse. Esse tipo de disciplina trata de temas como Diversidade e Sociedade, Educação Ambiental, Métodos de Pesquisa, Tecnologia entre outros.

Por fim, média de 4% da carga horária são destinadas à Formação em Estudos Quantitativos. A Universidade com maior valor é a UFG (com 7%) e a com menor valor é a UFGD (7%). Esses valores indicam que uma porcentagem baixa do curso é destina aos Estudos Quantitativos. Vale analisar que o curso de administração demanda uma boa compreensão desse tipo de disciplinas, e o espaço destinado a elas poderia ter uma amplitude maior.

Quadro 7 – Análise das disciplinas Básicas.

Classificação 2	Conteúdos de Formação Básica									
	UEG	UEMS	UFG	UFGD	UFMS	UFMT	UnB	UNEMAT	UniRV	Média
Antropológicas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	4%	0%	1%
Contábeis	13%	18%	17%	13%	8%	10%	13%	42%	16%	18%
Econômicas	9%	18%	17%	27%	8%	10%	23%	12%	8%	16%
Éticas	3%	0%	0%	7%	8%	10%	3%	4%	4%	4%
Filosóficas	0%	9%	6%	7%	8%	0%	2%	4%	8%	4%
Jurídicas	38%	18%	11%	13%	8%	30%	14%	15%	16%	17%
Matemática	9%	9%	11%	7%	8%	10%	14%	4%	16%	10%
Políticas	6%	0%	28%	0%	8%	10%	11%	0%	0%	8%

Classificação 2	Conteúdos de Formação Básica (continuação)									
	UEG	UEMS	UFG	UFGD	UFMS	UFMT	UnB	UNEMAT	UniRV	Média
Psicológicas	6%	9%	6%	7%	8%	0%	7%	4%	8%	6%
Sociológicas	3%	9%	6%	7%	17%	0%	5%	4%	12%	6%
Tc. da C. E da Inf.	13%	9%	0%	13%	17%	20%	7%	8%	12%	10%
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tabela dinâmica da listagem geral das universidades pesquisadas, 2017.

De acordo com o quadro 7, observa-se que a maior porcentagem das disciplinas básicas concentram-se em temas contábeis, jurídicos e econômicos, com 18%, 17% e 16% respectivamente. Esses dados podem indicar que disciplinas com esse conteúdo, são essências para o conhecimento básico. Também vai de encontro com o que foi analisado no quadro 6, onde percebe-se que os cursos focam nas disciplinas profissionais. Como podemos ver, essas disciplinas básicas são bem direcionadas a área de administração.

Nesse sentido, percebe-se que a menor porcentagem das disciplinas básicas concentra-se em temas como ética, filosofia, com 4% cada e psicologia, sociologia, com 6% cada. Pode ser um indicador que os cursos de administração não veem com tanta importância, disciplinas básicas que tratam de temas mais humanísticos. Podendo isto ser um fato contraditório, por se tratar de um curso que prepara profissionais para atuarem na gestão de empresas, em que no cotidiano irão se deparar com grupos de pessoas que interagem entre si, na maior parte do dia.

Neste quadro, apresentam-se dados sobre as disciplinas do tipo Básicas. São disciplinas, cujo conhecimento, é considerado essencial para alunos de administração, para prosseguirem no estudo de disciplinas mais específicas no campo da administração.

Quadro 8 – Análise das disciplinas Profissional

Classificação 2	Conteúdos de Formação Profissional									
	UEG	UEMS	UFG	UFGD	UFMS	UFMT	UnB	UNEMAT	UniRV	Média
Adm de RH	18%	10%	19%	11%	19%	18%	19%	12%	20%	16%
Empreendedorismo	3%	5%	11%	2%	5%	5%	2%	8%	0%	4%
Finanças	26%	15%	14%	11%	29%	23%	22%	23%	20%	20%
Logística	9%	0%	3%	4%	0%	5%	3%	0%	8%	4%
Marketing	6%	10%	14%	23%	14%	9%	15%	8%	8%	13%
Pla. Estratégico	9%	5%	3%	16%	5%	14%	6%	4%	10%	8%
Produção	9%	20%	6%	13%	10%	9%	7%	15%	12%	11%
Serviços	2%	5%	3%	4%	5%	0%	3%	0%	4%	3%
Sis. De Inf.	3%	10%	3%	2%	5%	5%	6%	8%	4%	5%
Teo. da Adm Org	14%	20%	22%	16%	10%	14%	17%	23%	16%	17%
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tabela dinâmica da listagem geral das universidades pesquisadas, 2017.

De acordo com o quadro 8, observa-se que a maior porcentagem das disciplinas profissionais concentram-se nos conteúdos de Finanças, Teorias da Administração e das Organizações e Administração de Recursos Humanos, com a média de 20%, 17% e 16% respectivamente. Percebe-se que as disciplinas que oferecem conteúdos específicos descritas na coluna classificação 2, essas são as mais oferecidas pelas universidades, entendidas como importantes para a formação do administrador.

Ainda de acordo com o quadro 8, observa-se que a menor porcentagem das disciplinas profissionais concentra-se nos conteúdos de empreendedorismo, logística e serviços, com 4%, 4% e 3% respectivamente. Esses dados podem indicar que as universidades pouco preparam os administradores para a gestão do ambiente externo a empresa, como logística e serviços. Comparando-se com o as mais ofertadas do tipo profissional que são temas voltados a gestão interna da empresa.

As disciplinas de conteúdos profissionais, de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Administração, são disciplinas específicas e essenciais para a formação do futuro administrador. E neste quadro foi possível perceber quais conteúdos profissionais, as universidades vêm abordando como essenciais nos seus projetos pedagógicos do curso de administração. Além do que foi visto anteriormente, esse tipo de conteúdo são os mais oferecidos pelas universidades pesquisadas.

Quadro 9 – Análise das disciplinas de Estudos Quantitativos

Classificação 2	Conteúdos de Formação em Estudos Quantitativos									
	UEG	UEMS	UFG	UFGD	UFMS	UFMT	UnB	UNEMAT	UniRV	Média
Pe. Operacional	0%	0%	20%	0%	33,3%	50%	13%	33%	50%	22%
Teoria dos Jogos	0%	0%	0%	0%	33,3%	0%	0%	0%	0%	4%
Estatística	100%	100%	40%	100%	33,3%	50%	38%	67%	50%	52%
Md. Matemáticos	0%	0%	40%	0%	0%	0%	50%	0%	0%	22%
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tabela dinâmica da listagem geral das universidades pesquisadas, 2017.

De acordo com o quadro 9, observa-se que a maior porcentagem das disciplinas de estudos quantitativos estão concentradas em conteúdos de estatística, pesquisa operacional e modelos matemáticos, com média de 52%, 22%, 22% respectivamente. Percebe-se que disciplinas de conteúdos em estatísticas, representam mais que a metade da formação em estudos quantitativos. Podendo-se concluir que as universidades pesquisadas veem como muito importante este tema para a formação do administrador.

Ainda de acordo com o quadro 9, observa-se que a menor porcentagem das disciplinas está concentrada no conteúdo de teoria dos jogos, com média de 4%. Dado que pode mostra, esse tema, como menos importante para formação de estudos quantitativos.

As disciplinas de formação em estudos quantitativos, como percebido no quadro 6, é a que tem menor representatividade nas universidades pesquisadas. Podendo-se concluir que as universidades, não consideram essas disciplinas tão essenciais para

formação do administrador. Quando trata-se do estudo em administração essas disciplinas necessitam de um espaço maior na grade curricular, talvez seja um dado importante para se discutir um maior espaço para essas disciplinas.

Quadro 10– Análise das disciplinas Complementares

Classificação 2	Conteúdos de Formação Complementar									
	UEG	UEMS	UFG	UFGD	UFMS	UFMT	UnB	UNEMAT	UniRV	Média
Div. e Sociedade	0%	0%	16%	16%	6%	0%	0%	0%	0%	5%
Ed. Ambiental	7%	8%	8%	12%	17%	7%	4%	5%	14%	9%
Estágio	33%	50%	0%	6%	17%	0%	0%	26%	25%	15%
Formas de Com.	7%	8%	8%	3%	3%	7%	38%	5%	10%	11%
Jogos de Empresa	0%	0%	0%	6%	0%	0%	12%	11%	14%	5%
Mercadológicas	11%	17%	0%	2%	23%	14%	8%	32	14%	13%
Métod. de Pesquisa	33%	8%	60%	26%	14%	47%	13%	11%	23%	25%
Outro	7%	8%	8%	28%	15%	18%	12%	11%	0%	14%
Tecnologia	3%	0%	0%	0%	6%	7%	135	0%	0%	4%
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tabela dinâmica da listagem geral das universidades pesquisadas, 2017.

De acordo com quadro 10, observa-se que a maior porcentagem das disciplinas complementares concentram-se nos conteúdos metodologia de pesquisa, estágio, outros, com 25%, 15% e 14% respectivamente. Esses conteúdos podem ser considerados importantes na formação complementar.

Ainda no quadro 10, observa-se que a menor porcentagem das disciplinas complementares se concentram nos conteúdos de diversidade e sociedade, jogos de empresa e tecnologia, 5%, 5% e 4% respectivamente. O conteúdo de disciplinas complementares é ofertado aos alunos, muitas vezes de acordo com seu interesse, como disciplinas optativas.

De acordo com as Diretrizes curriculares para o curso de administração, as disciplinas de formação complementar atendem a conteúdos que não são obrigatórios na grade curricular dos alunos. As disciplinas que tratam direta ou indiretamente sobre educação ambiental ou gestão ambiental, classificam-se nesse

tipo de disciplina, pois não há referência sobre educação ambiental nos outros tipos de conteúdo.

Os quadros 11 e 12 apresentarão dados sobre as disciplinas com conteúdos em Educação ambiental. Na maioria dos casos, as matérias de educação ambiental aparecem nos cursos de administração com nomenclaturas que referem-se a gestão ambiental.

Quadro 11 – Disciplinas de Gestão Ambiental Oferecidas pelas IES

Universidade	Disciplinas	Carga Horária
UniRV	Gestão Ambiental	60
UNEMAT	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60
UnB	Gestão da Responsabilidade Socioambiental	60
UFMT	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	64
UFMS	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	68
UFMS	Tópicos Avançados em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	68
UFMS	Educação Ambiental	68
UFGD	Gestão Ambiental	72
UFGD	Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade	72
UFGD	Sustentabilidade na Produção de Alimentos e Energia	72
UFG	Responsabilidade Socioambiental Corporativa	64
UEMS	Gestão Ambiental Empresarial	68
UEG	Gestão e Meio Ambiente	60

Fonte: Listagem geral das universidades pesquisadas, 2017.

Como visto no quadro 5 desta seção, a carga horária de todas as disciplinas oferecidas pelas universidades equivale a 38.663 horas. Desse total, 2,21% são oferecidas como disciplina de Educação Ambiental ou Gestão Ambiental que equivale a 856 horas.

De acordo com o quadro 11, percebe-se que a Educação Ambiental surge na maioria das vezes no escopo do curso da administração como gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental. A princípio pode-se

dizer que o enfoque dado à sustentabilidade por meio da estrutura curricular apresentada, atende ao que propõe o (MEC, 2012), na Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, no seu primeiro tópico, dos seis que a proposta estabelece.

O quadro 11 mostra que das nove Universidades pesquisadas, todas oferecem disciplinas direcionadas a Educação Ambiental. A UMFS e a UFGD oferecem três disciplinas cada e na sequência todas as outras apresentam uma disciplina. Percebe-se que a oferta da Educação Ambiental nas Universidades, apresenta um currículo ainda insuficiente para as questões de Desenvolvimento sustentável. Comparando ao total de disciplinas ofertadas e o espaço dado a esse conteúdo.

Ao analisar as ementas dessas disciplinas, percebe-se que há um grande foco no estudo de projetos empresariais que levem em conta os riscos ambientais envolvidos, e que se adéque ao ISO 14000. Conforme afirma (JACOBI, 2011) há necessidade de construir ferramentas que ajudem os tomadores de decisão a perceberem projetos com impactos socioambientais positivos ou negativos. Esse termo vai de encontro com um dos princípios discutido no quadro 1, da seção 2.1.3 Princípios da Educação Ambiental, que diz que a Educação Ambiental deve “considerar de maneira clara, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento.

De acordo com as ementas das disciplinas do quadro 11, dentre os termos frequentes são os que dão importância ao conhecimento de políticas públicas referentes ao Meio Ambiente e as leis ambientais. Conforme se lê na Carta Brasileira para a Educação Ambiental (MEC-RIO, 92), o estado tem a responsabilidade de fornecer políticas públicas e leis que favoreçam o exercício e a inserção da Educação Ambiental nas instituições de ensino. Vai de encontro com um dos princípios discutido no quadro 1, da seção 2.1.3 Princípios da Educação Ambiental, que diz que a Educação Ambiental deve “considerar o ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e artificiais, tecnológicos e sociais (econômico, político, técnico, histórico- cultural e estético). As ementas abordam com frequência a Educação Ambiental com foco na sustentabilidade, a (PNEA, 1999) afirma que o objetivo dessa educação é o da sustentabilidade. Vai de acordo com o que dita a Política Nacional de Educação Ambiental, em seus objetivos afirma que um dos

objetivos dessa Educação é entre outros o da justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.

Nota-se que as ementas buscam a concepção do Meio Ambiente como recurso e o entendimento do desenvolvimento sustentável com a construção da cidadania. Esses termos vão de encontro com (SUAVE, 1992), ele refere-se à Educação Ambiental como a construção de valores que busquem o desenvolvimento sustentável. O termo “construção da cidadania”, esta em conformidade com (CASCINO, 1999), ele afirma que a cidadania é uma ação coletiva, em que a educação para a cidadania busca a transformação das ações dos indivíduos. Em conformidade também com a (PNEA, 1999), que coloca como um dos objetivos para a Educação Ambiental o exercício da cidadania. O (MEC, 2012) na Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental propõe a construção da cidadania ambiental. Vai de encontro com um dos princípios discutido no quadro 1, da seção “2.1.3 Princípios da Educação Ambiental”, que diz que a Educação Ambiental deve “insistir no valor e na necessidade de cooperação local, nacional e internacional, para prevenir e resolver os problemas ambientais”. Também vai de encontro com os objetivos descritos na Política Nacional de Educação Ambiental que diz entre outras coisas no tópico IV, que o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Por fim, as ementas dissertam sobre a formação complementar do educador ambiental que vai de encontro com o (MEC, 2012) na Proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais, afirma a necessidade de formação complementar para os educadores ambientais.

Quadro 12 - Disciplinas que abordam a temática Educação Ambiental com classificação variada

Universidade	Disciplinas	Ementa
UniRV	Gestão Ambiental	-
UNEMAT	Gestão do Agronegócio	Desafios à Sustentabilidade; Agronomia e Meio Ambiente;

Universidade	Disciplinas (continuação)	Ementa
UNEMAT	Contabilidade Social e Ambiental	Contabilidade Ambiental
UNEMAT	Administração Agroindustrial I e II	Desenvolvimento Sustentável; Implicações ambientais; Administração rural;
UnB	Administração da Produção e Operações	Ética e gestão socioambiental;
UnB	Estruturas de Dados	Aplicação em problemas ambientais;
UFMT	Teoria Geral da Administração II	Ética e responsabilidade socioambiental;
UFMT	Organização, Sistemas e Métodos	ISO 14000;
UFMS	Sociologia Rural	O campo e sua relação com o meio ambiente;
UFMS	Tópicos Avançados em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Visão sobre gestão ambiental e desenvolvimento sustentável;
UFG	Pesquisa em Administração Pública	Indicadores de sustentabilidade
UEMS	Economia Empresarial	Políticas de sustentabilidade econômica;
UEG	Diversidade, Cidadania e Direitos.	Evolução do conceito: dos direitos de liberdade à sustentabilidade socioambiental;
UEG	Distribuição e Multimodalidades Logísticas	Logística Sustentável e Reversa;
UEG	Direito Ambiental	Direito ambiental; Evolução histórica, conceito, fontes e princípios do direito ambiental; O conceito jurídico de meio ambiente; A proteção constitucional e os mecanismos jurídico-normativos para tutela do meio ambiente e os bens ambientais;

Fonte: Listagem geral das universidades pesquisadas, 2017.

De acordo com o quadro 12, pode-se ver o total de disciplinas ofertadas com conteúdos de Educação Ambiental, porém não são direcionadas inteiramente para a Educação Ambiental. Somam-se com aquelas do quadro 11, num total de 28

disciplinas com temática em Educação Ambiental, resultando 1.724 horas, que representa 4,7% do total de disciplinas ofertadas. Conforme o quadro 14, a variação das universidades que ofertam essas disciplinas vai de três disciplinas ofertadas pela UNEMAT a uma disciplina ofertada como a UFG, UEMS e UniRV.

De acordo com o quadro 12, essas disciplinas apresentam conteúdos de Educação Ambiental em algum ponto da ementa, mas foram planejadas para outro tipo de conteúdo. Ao se analisar no quadro 12 a coluna das ementas, pode-se observar os termos mais frequentes encontrados, que remetem a gestão ambiental ou Educação Ambiental. Dentre esses termos frequentes do quadro 12, muitos vão de acordo com discutido no quadro 1, da seção 2.1.3 Princípios da Educação Ambiental. Os termos são: 1 - Aplicação em problemas ambientais, que se relaciona com o quadro 1 no princípio que diz que a Educação Ambiental deve salientar a complexidade dos problemas ambientais e conseqüentemente a necessidade de desenvolver o sentido crítico e as aptidões necessárias para resolvê-los; 2 - Evolução histórica, conceito, fontes e princípios do direito ambiental, que se relaciona com o quadro 1 no princípio que diz que a Educação Ambiental concentrar-se nas situações ambientais e futuras, tendo em conta também a perspectiva histórica; 3 - Ética e responsabilidade socioambiental que se relaciona com o quadro 1, no princípio que diz que a Educação Ambiental deve estabelecer uma relação com os alunos de todas as idades, na sensibilização pelo ambiente, insistindo especialmente em sensibilizar os mais jovens sobre os problemas ambientais existentes em sua própria comunidade; 4 - Políticas de Sustentabilidade econômica, que se relaciona com o quadro 1 no princípio que diz que a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e artificiais, tecnológicos e sociais (econômico, político, técnico, histórico- cultural e estético).

Como percebido no quadro 11, o quadro 12 apresenta matérias isoladas sobre educação ambiental, ou seja, seguem a mesma proposta curricular. Porém vale destacar, por serem disciplinas que dentro da sua especialidade abordam o tema da Educação Ambiental, acabam se aproximando dos objetivos e princípios que afirma que a Educação Ambiental deve ser integrada ao ensino de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transversal. Nesse sentido, o quadro 14 de forma geral, concorda com o discutido no quadro 1, da seção 2.1.3 Princípios da Educação Ambiental. No princípio que diz que a Educação Ambiental deve empregar o enfoque

interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, para que se adquira uma perspectiva global e equilibrada.

5. CONCLUSÕES

A ofertada da Educação Ambiental é distribuída isoladamente dentro do fluxo curricular. Segundo aborda (ABILIO, 2008), a Educação Ambiental não pode ser uma disciplina isolada e sim uma visão que perpassa todas as áreas do conhecimento e que forme um coletivo conscientizado. Também menciona (BARBIERI, 2004), que a maioria dos programas de curso superior, no seu contato inicial com a Educação Ambiental, aborda o tema em programas básicos, com atividades isoladas relacionadas ao meio ambiente ou em matérias isolados.

No quadro 11, pode-se concluir que a Educação Ambiental ao ser inserida em disciplinas que não tratam diretamente tema, atende um dos princípios da Educação Ambiental que é integrar este conhecimento ao ensino de forma transversal. Ser transversal a princípio, é quando cada campo de conhecimento percebe onde está a interligação da sua área com a Educação Ambiental. Em conformidade com a (PNEA, 1999), onde afirma que a Educação Ambiental fortalece as diretrizes no sentido da transversalidade, interdisciplinaridade e a descentralização Institucional. O (MEC, 2012) com a Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental fala de incentivos e cooperações de áreas diversas para a pesquisa, interação, interdisciplinaridade e transversalidade. Também (BARBIERI, 2004) fala da urgência de incorporar a Educação Ambiental como tema transversal no curso de administração e no que afirma (CASCINO, 1999), de superar a visão fragmentada do conhecimento para atuação de forma transversal que a Educação Ambiental exige. Essas características aparecem nessas disciplinas do quadro 11, mas especificamente o da transversalidade.

Ao verificar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005, percebe-se que em nenhum dos tipos de conteúdo básico, profissional, estudo quantitativo e complementar, aparece o termo Educação Ambiental, Ambiental ou qualquer sinônimo que remete a este tema. O quadro 4, derivado das diretrizes curriculares nacionais, identifica as disciplinas de Educação Ambiental como complementar, pelo motivo que não é mencionada em nenhum outro tipo de conteúdo. Percebe-se que as universidades pesquisadas, em geral, não colocam a educação ambiental como um conteúdo essencial para a formação do administrador,

tornando este conhecimento como complementar, ou seja, que pode ou não ser ofertado, pois ele não é obrigatório. Pode-se dizer, que as faculdades do curso de administração, elaboram seus projetos político pedagógicos e por consequência as grades curriculares, de acordo com o que dita as diretrizes. Isso pode indicar que a oferta da Educação Ambiental do jeito que vemos, se dá pela ausência do termo nas diretrizes curriculares do curso.

Pode-se também indagar, se um dos motivos para que a Educação Ambiental não apareça como conteúdo obrigatório, do tipo profissional, por exemplo, seja por que as empresas não percebam a gestão ambiental como um conhecimento, habilidade e atitude importante para os negócios da empresa. Nota-se que as empresas não entendem este conhecimento, como um valor positivo agregador para a instituição. Assim, supondo que as empresas comecem a partir de agora, a entender a gestão ambiental como algo positivo e agregador aos negócios da instituição, obrigatoriamente as diretrizes curriculares, as universidades e todos os cursos de administração, começarão a colocar nos seus projetos políticos pedagógicos o conteúdo de Educação Ambiental ou Gestão Ambiental como conhecimento obrigatório. Essa conclusão vai de encontro com o quadro 3, que fala dos “desafios para a inserção da temática ambiental nos cursos de administração”, especificamente no desafio 2 “engajamento dos atores chave externos”, que tem como contexto exatamente o discutido neste parágrafo. O desafio 2 visa assegurar que os programas de gestão ambiental desenvolvidos pelas escolas de Administração sejam relevantes para a sociedade, particularmente para as empresas.

Ao se discutir o espaço que a Educação Ambiental não tem nos cursos de administração, pelos motivos descritos ao decorrer deste trabalho, pode-se perceber uma proposta viável e já mencionado nos princípios da Educação Ambiental. A proposta é que todas as disciplinas abordem a Educação Ambiental de forma transversal, que além de falarem do conhecimento específico da matéria, façam uma interligação com a Educação Ambiental. Assim o foco nas disciplinas profissionais e básicas não se perderia, mas colocaria a Educação Ambiental em um patamar de igual importância e estaria sempre visível para o aprendizado de todos os alunos. Essa proposta vai de encontro com o quadro 3, que fala dos “desafios para a inserção da temática ambiental em cursos de administração”, especificamente no

desafio 1, “institucionalização da temática”, que tem como contexto a forma com que a temática ambiental tem sido introduzida nos currículos.

Sendo o objetivo “**Identificar os princípios da Educação Ambiental na oferta curricular dos cursos de Administração das Universidades Públicas do Centro-Oeste**”. Ao se observar as planilhas da seção 4, podemos inferir que a resposta ao objetivo geral, é a de que os princípios e objetivos da Educação Ambiental, propostos pelas diretrizes, pelos documentos vigentes a respeito, como a PNEA, não identifica-se totalmente.

Ao estudar as matrizes e suas ementas, entende-se que a inserção da Educação Ambiental nos projetos políticos pedagógicos ainda atende a obrigações mínimas para a formação do conhecimento em Educação Ambiental. Concentra-se na estrutura administrativa para uma economia de resultados positivos crescentes. Quando percebe-se a Educação Ambiental ou Gestão Ambiental como proposta de ensino, ela surge de forma mínima e como proposta complementar ao ensino, com disciplinas isoladas e pouco interdisciplinares. Sendo uma conclusão vista no campo de pesquisa documental. Esse entendimento remete ao quadro 3, que fala dos “desafios para a inserção da temática ambiental em cursos de administração”, especificamente no desafio 3 “abordagem didática”, que tem como contexto a abordagem pedagógica para a implantação da interdisciplinaridade que caracteriza a Educação Ambiental.

As disciplinas observadas na área de Educação Ambiental representam 4,5% de todo o total de disciplinas pesquisadas, Isso mostra o quanto os princípios e objetivos da Educação Ambiental são trabalhados de forma insipiente e bem inicial. Há universidades que mesmo que esteja descrito no projeto político pedagógico, o objetivo de oferecer uma ou duas matérias voltadas a Educação Ambiental, elas não são ofertadas pratica.

Ao se inserir os questionamentos ambientais no curso de Administração de empresas, percebe-se que tempos atrás não existia tal discussão acadêmica. Porém o caminho ainda é longo, não só dentro da faculdade de administração, mas na universidade e na sociedade como um todo, para compreender a necessidade de estudar Educação Ambiental. O respeito que o cidadão deve ter com o Meio é uma relação que precisa ser construída, ele percebe-se como parte integrante e

corresponsável. Essa análise remete ao quadro 3, que fala dos “desafios para a inserção da temática ambiental em cursos de administração”, especificamente no desafio 4, “perspectivas profissionais”, esse desafio tem como contexto a motivação para a formação de administradores com essa capacitação. Pois ao se inserir continuamente esse tema nas universidades, significa que as instituições estão percebendo essa capacitação como relevante para a atuação de seus funcionários no mercado.

Nos princípios e objetivos da Educação Ambiental, ela é identificada como tema transversal e interdisciplinar dentro do sistema de ensino. Uma concepção que ainda não é vista na prática e não identifica-se uma proposta para que esses objetivos sejam atendidos. Entende-se também que o processo de percepção da responsabilidade ambiental por parte da sociedade vai além do ambiente acadêmico, por isso a necessidade de se propor projetos de extensão que atuem diretamente nos campos sociais, onde as atividades e a relação com o meio ambiente acontecem, tanto do lado das Indústrias como do lado do cidadão.

Portanto, a conclusão é que o currículo para as instituições de ensino superior das universidades do centro-oeste ainda não atende os princípios e objetivos da Educação Ambiental. Há instituições de ensino superior internacional, que apresentam uma estrutura organizacional que as atividades do campus remetem a sustentabilidade, tornando-se em instituições sustentáveis. Nossas universidades podem ter esses casos como exemplo a ser seguido.

6. REFERENCIAL

ABÍLIO, F.J. P. **Ética, Cidadania e Educação Ambiental**. In: Andrade, M.O. (org.). **Meio Ambiente e Desenvolvimento: bases para uma formação interdisciplinar**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2008.

AMBIENTAL, Coordenação-Geral de Educação. **Propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - PDCNA -MEC**, 2012.

BARBIERI, José Carlos. **Educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas**. Revista de Administração Pública, v. 38, n. 6, p. 919-946, 2004.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Blücher, 2005.

CASCINO, F. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9. Ed. , São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8ª ed., São Paulo: Gaia, 2003.

FONSECA, F. S. R. da ; GONÇALVES OLIVEIRA, L. G. **Concepções de meio ambiente dos educadores ambientais do Zoológico de Goiânia: implicações nas atividades e contribuições para a formação do sujeito ecológico?** Educar em Revista, núm. 41, julho-septiembre, 2011, pp. 231-246 Universidade Federal do Paraná Paraná, Brasil.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça. **Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, n. 2, 1998.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino et al. **Environmental awareness: an exploratory study into the implications for teaching business administration. RAE eletrônica**, v. 8, n. 1, 2009.

GUNTHER, H. **Como elaborar um questionário**. Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, n. 01. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; PADOVESE DE ARRUDA, MICHELLE. **Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, 2011.

JACOBI, Pedro et al. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de pesquisa**, 2003.

Lei nº 9.795/1999, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental.**

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.**

MERCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios.** Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Educação Ambiental por um Brasil Sustentável. **Programa Nacional de Educação Ambiental-ProNEA.** 4ª edição, Brasília, 2014.

MORAESF. A. De; SHUVARTZ M.; PARANHOS R. D.; **A educação Ambiental em busca do saber ambiental nas instituições de ensino superior.** FURG - Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 20, janeiro a junho de 2008.

OVALLES, O.; VIEZZER, M. **Manual latino-americano de educação ambiental.** São Paulo, Gaia, 1995.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs). **Meio Ambiente; Secretária de Educação Fundamental. 1997.**

PANORAMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL; **Secretaria de Educação Fundamental – Brasília : MEC ; SEF, 2001. 149 p. : il. Oficina de trabalho realizada em março de 2000. Coordenação-Geral de Educação Ambiental – COEA;**

PELICIONI, Andréa Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade. Coleção Ambiental.** Arlindo Philippi Jr., Maria Cecília Focesi Pelicioni, editores. – b Barueri, SP: Manole, 2005.

SATO, M; CARVALHO I. **Educação Ambiental [recurso eletrônico] : pesquisa e desafios** – Porto Alegre: Artmed, 2008.

SUAVÉ, L. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa.** 1992, 1994